

REFLEXÕES SOBRE A ORIGEM E FORMAÇÃO DA ESCRITA PALEO-HISPÂNICA DO SUDOESTE E O SEU LUGAR NA HISTÓRIA DOS SISTEMAS DE ESCRITA

Miguel Valério

1. INTRODUÇÃO*

O presente trabalho tem por objetivo analisar a origem da escrita paleo-hispânica do sudoeste (doravante “escrita do SO”) englobando-a na história da criação e transmissão dos sistemas de escrita. É, também, a ocasião para rever certas propostas nossas anteriores relativamente a esse processo e ao valor dos seus signos.¹

Ainda que não se possa considerar demonstrada, a hipótese desenvolvida por de Hoz, principalmente, 2001; 2010, e secundada por Rodríguez 2002 parece-nos plausível ante os dados disponíveis. Segundo estes autores, além de ter como modelo o alfabeto consonântico fenício, a escrita do SO poderá constituir um autêntico alfabeto, embora com especialização dos signos que expressam as consoantes oclusivas, usando-se estes apenas com vogais específicas. Esta tese “alfabética”, que também defendemos em Valério 2008, está longe de constituir uma novidade e não julgamos necessário acrescentar nada aos seus pilares fundamentais. Parece-nos importante, contudo, insistir na sua capacidade de dar conta do comportamento da escrita, a nível de funcionamento e forma, e do provável contexto em que terá surgido, enfatizando certos dados que vão nesse sentido. Há duas razões fundamentais. Por um lado, persistem teses opostas: na bibliografia portuguesa defende-se, ainda, em alternativa à origem fenícia, uma derivação da escrita do SO

* Agradecemos a amabilidade do Prof. Doutor Amílcar Guerra (Univ. de Lisboa / UNIARQ), que nos facultou uma cópia de um seu trabalho ainda no prelo. Gostaríamos também de expressar a nossa gratidão a Edgar Fernandes e a Joana Bruno pelas suas revisões de versões anteriores deste texto e inúmeras sugestões. Fazendo a ressalva habitual, a responsabilidade pelos pontos de vista aqui expressados, assim como por eventuais erros, imprecisões ou omissões, é exclusivamente nossa.

¹ Nomeadamente, Valério 2008 e uma comunicação realizada no Museu Arqueológico do Carmo (Lisboa), “A escrita do Sudoeste: origem e problemas de decifração”, no encontro *Em torno da escrita do Sudoeste*, organizado pela Associação dos Arqueólogos Portugueses (26 de março de 2011).

a partir de alfabetos gregos arcaicos (Gomes 1997; 2011) e, na anglófona, conhecem ultimamente alguma difusão asserções de que teria um carácter misto, com um componente alfabético fenício e outro silábico de origem cipriota (Koch 2013; 2014). Por outro lado, a hipótese alfabética, a confirmar-se, tem repercussões sérias para a história global da escrita, as quais devem ser frisadas, porque fazem da escrita do SO e dos mais antigos testemunhos epigráficos paleo-hispânicos um objeto de interesse ainda maior.

Como sabemos, enquanto “paleo-hispânica”, a escrita SO pertence a um grupo de cinco sistemas de escrita com estreita relação entre si, desenvolvidos na Península Ibérica e nela utilizados na Antiguidade, antes e já durante a presença romana. Dois destes sistemas são a escrita ibérica do nordeste (doravante “do NE”), utilizada para a língua ibérica, e uma variante dela, criada para representar a língua celtibérica. Por outro lado, temos a própria escrita do SO e outras duas muito próximas: a chamada escrita ibérica do sudeste (doravante “do SE”), utilizada sobretudo para língua ibérica no sudeste da península, mas talvez para uma outra língua, esta desconhecida, nas epígrafes de procedência mais ocidental; e o sistema representado na placa de Espanca (fig. 3), que apresenta afinidades importantes, mas difíceis de quantificar, com as escritas do SO e do SE (Untermann 1997). Continuamos a ignorar qual foi, com efeito, a primeira escrita paleo-hispânica. As candidatas são a escrita do SO, a do SE, ou até uma outra, ainda mal definida — que poderíamos designar de “tartéssica”, se realmente tiver surgido no Baixo Guadalquivir (Andaluzia ocidental) em redor do séc. VIII a.n.e., como se tem hipotetizado (por exemplo de Hoz 2001, 524 e Correa 2005, 137; 2009, 295). Assumindo que o modelo desta primeira escrita foi o alfabeto fenício, não sabemos quantas das modificações a esse modelo visíveis na escrita do SO foram introduzidas já por esta última. Ou seja, o sistema sul-ocidental poderia representar uma segunda adaptação e estaríamos perante a seguinte trajetória: escrita fenícia > primeira escrita paleo-hispânica > escrita do SO.

2. A ESCRITA DO SO NO PRESENTE

Atualmente, o *corpus* da escrita do SO compreende cerca de 90 epígrafes pétreas, a maior parte reconhecíveis como “estelas” de provável uso funerário, das quais dez estão hoje perdidas (de Hoz 2010, 354-355). Na sua maioria, procedem do sul do atual Portugal, concretamente das regiões do Baixo Alentejo e do Algarve (de Hoz 2010, 608; Guerra 2013, 28) (fig. 14). Um pequeno número provém da atual Espanha, quatro da Andaluzia ocidental e quatro ou cinco do Alto Guadiana,² mas a classificação da escrita de algumas destas como sendo do SO pode ser questionada: por exemplo, os

² J.51 (Los Castellares) na província de Córdova; J.52 (Villamanrique de la Condesa) e J.53 (Alcalá del Río) da província de Sevilha; J.54.1 (Capote), J.55 (Siruela), J.56 (Almorquif), J.57 (Medellín), e J.110 (Majada Honda, Cabeza del Buey) da província de Badajoz. Também desta última região, mas muito duvidosa, é J(25) (Higueruela y Valle).

fragmentos de Higuera y Valle (J(25)), Villamanrique de la Condesa (J.52) e Los Castellares (J.51). A escrita de certos grafitos sobre cerâmica tem sido também identificada como sul-ocidental, mas tal interpretação não está livre de problemas.

De Hoz 2010, 358-361, oferece a síntese mais recente sobre a cronologia das epígrafes com escrita do SO, mas veja-se anteriormente Correa 1996, 239-242, Correia 1996, 53-62, Untermann *MLH* IV, 130, 140-141, e Mederos e Ruiz 2001, 101-103. Os problemas em datá-las persistem, devido à escassez de informação sobre os contextos primários de uso das estelas que lhes servem de suporte. Estas associam-se, em menor ou maior grau, a um mundo funerário de forte interação com as sociedades do Mediterrâneo oriental, pelo que possivelmente emergem a partir do séc. VIII a.n.e. Um dos dados mais concretos oferece-o a estela J.57.1 (Medellín),³ reutilizada numa estrutura funerária datada de c. 525-500 a.n.e. “por su contexto arqueológico” e que, segundo a interpretação feita, não deverá ter sido inscrita depois de meados do séc. VI a.n.e. (Almagro 2004, 14). Outro dado, também de cronologia relativa, deriva de dois casos em que as inscrições se realizaram sobre estelas decoradas do Bronze Final/Ferro, ditas “do Sudoeste”, reaproveitadas para o efeito: J.54.1 de Capote (Higuera la Real) e J.110 de Majada Honda (Cabeza del Buey). Infelizmente, a datação deste tipo de objetos é igualmente problemática, movendo-se os autores entre os sécs. XIV e VIII a.n.e. (Díaz-Guardamino 2011, 69, com refs.). Em suma e com as devidas ressalvas, tomamos 550 a.n.e. como o marco cronológico antes do qual o sistema de escrita se terá desenvolvido.

A escrita do SO possui um núcleo de 26 ou 27 signos utilizados com maior frequência, embora, no total, se documentem 50 ou mais formas de signos diferentes (contagem feita a partir da lista em de Hoz 2010, 620-621).⁴ Contudo, certamente as 23 ou 24 formas mais infrequentes não correspondem, na sua maioria, a grafemas. Pelo contrário, tratar-se-á sobretudo de variantes formais de signos independentes (ou seja, alógrafos): por exemplo, a forma 𐌛, documentada apenas quatro vezes em todo o *corpus*, poderá ser uma variante de 𐌜 = 𐌚 (Correia 1996, 38; Valério 2008, 134; de Hoz 2010, 376). O elevado nível de alografia pode ter causas diversas, incluindo o uso ocasional de ornamentação, com a aplicação de traços opcionais aos signos (vejam-se os casos evidentes na epígrafe de Mesas do Castelinho) ou a inscrição das estelas por lapicistas iletrados que, no caso de epígrafes com alternância de orientação, inverteriam por engano certas formas, às vezes duplicando-as na tentativa de corrigi-las (assim possivelmente, por exemplo, 𐌚

³ As estelas inscritas são citadas neste trabalho segundo a numeração de *MLH* IV. De Hoz 2010, 609, oferece uma concordância que inclui epígrafes achadas posteriormente à publicação daquela obra, seguindo o mesmo sistema.

⁴ 50 é o número de signos catalogados já em Correa 1990.

por \mathfrak{N} ,⁵ ou \mathfrak{I} por Φ). Portanto, 27 estará mais próximo do total real de grafemas que compõem o sistema do SO.⁶

Dificuldades que incluem a pouca expressão do *corpus* (várias das 80 estelas que se conservam e seus respectivos textos são muito fragmentários), a ausência de separadores de palavra e problemas na compreensão da função e dos contextos de produção e uso das epígrafes determinam que a escrita do SO esteja apenas parcialmente decifrada e que ainda nenhuma proposta de identificação da língua subjacente tenha reunido consenso.⁷

É importante recordar que a leitura provisional dos signos da escrita do SO se alcança por via de dois métodos complementares: as análises comparativa e interna (Correa 1990, 132). A aproximação comparativa consiste em contrastar as *formas* das letras da escrita do SO com as das do seu modelo, consensualmente o alfabeto consonântico fenício, e as dos signos das outras escritas paleo-hispânicas com ela relacionadas (porventura dela derivadas). Sucintamente, se uma letra da escrita do SO possui, em escritas a ela afins, signos que são idênticos ou semelhantes *simultaneamente* tanto em termos de *forma* como de *valor fonético*, então esse valor análogo é assignado à letra indecifrada do sistema do SO. Assim, por exemplo, \mathfrak{N} lê-se como **i** porque é análogo ao $\mathfrak{N} = y$ fenício e ao $\mathfrak{N} = i$ do ibérico NE. O método interno consiste em examinar o comportamento de cada signo da escrita do SO dentro do sistema, tendo em conta a sua distribuição e interações com as outras letras. Neste campo, desempenha um papel crucial o bem conhecido mecanismo da “redundância vocálica”, que convém lembrar. Pelo menos três das outras escritas paleo-hispânicas caracterizam-se por ser de carácter semissilábico, dado que utilizam signos silábicos para as oclusivas **b**, **t** e **k** (**ba**, **be**, **bi**, etc.) e signos puramente alfabéticos para os restantes sons. Assim, nos sistemas ibérico do SE, do NE e celtibérico, temos grafias do tipo **ka-l-tu-í**.

⁵ Para Correa 1996, 69; 2014, 93, e Koch 2013; 2014, \mathfrak{Y} seria um signo independente com o valor de **m**, ao passo que Untermann 1997, 171, via nele um **n(n)** “forte”. Salientamos o facto de que se trata de um hápax, sem qualquer equivalente formal no signário de Espanca ou na escrita do SE. A observação direta que pudemos fazer da estela J.15.1 (Museu da Escrita do Sudoeste de Almodôvar), onde se regista \mathfrak{Y} , sugere que a parte superior do signo foi insculpida em dois momentos ($\vee\vee$), o que apoiaria a ideia de que podemos estar ante o produto de uma tentativa infeliz de corrigir um \mathfrak{N} mal orientado e não de um signo independente (Valério 2008, 132). O problema subsiste, mas a presença de um signo independente $\mathfrak{Y} = \mathbf{m}$ na escrita ibérica do NE e na celtibérica (dela derivada) deve entender-se, à falta de evidência contrária, como uma especificidade destas escritas posteriores.

⁶ O que não é surpreendente a nível estrutural, se tivermos em conta que o signário representado na placa de Espanca (fig. 3), bastante afim ao do SO, contem exatamente 27 signos diferentes (embora estes não ofereçam uma correspondência direta com os do seu homólogo sul-occidental em todos os casos).

⁷ A recente proposta de decifração de Koch (por ex. 2009, 2013 e 2014), segundo a qual a língua das inscrições do SO é céltica, apresenta graves carências metodológicas, pelo que resulta difícil de aceitar (veja-se, entre outros, Gorrochategui 2013, 53-54; Eska 2014; Prósper 2014; e Valério 2014). NB: À data da conclusão da última versão deste artigo, uma nova obra, muito recente (Kaufman 2015), que, segundo nos informam, secunda as conclusões de Koch, não pôde ser devidamente avaliada.

Porém, a escrita do SO comporta-se de maneira distinta: aos caracteres que possuem carácter silábico nas suas homólogas, segue-se obrigatoriamente uma vogal com valor correspondente ao timbre vocálico do signo silábico (Schmoll 1961; Correa 1985, 381). Assim, a mesma sequência supracitada seria grafada como ****k^a-a-l-t^u-u-r̄**. A descoberta do princípio da redundância vocálica foi um passo fundamental no processo de decifração da escrita do SO, já que permite identificar com relativa segurança que signos oclusivos se associam a que timbres vocálicos (*cf.* fig. 11). Como assinalou Correa 2009, 295, os poucos valores fonéticos que não se apoiam numa combinação dos dois métodos devem ser vistos como hipotéticos. A fig. 1 sintetiza os signos com valores fonéticos consensuais da escrita do SO e a fig. 2 os signos de valor não consensual.⁸

| | | | | | |
|--------------------------|------------------------|------------------------|----------------------|------------------------|----------------------|
| Vogais | Λ | ο | ϣ | ϕ | ϣ |
| | a | e | i | o | u |
| Consoantes oclusivas | ξ | Ϟ | | Ϸ | |
| | b/p^a | b/p^e | | b/p^o | |
| | Λ | ϫ | ϕ | Σ, Ϟ | |
| | k^a | k^e | kⁱ | k^o | |
| | Χ | Η | Ϟ | Λ | Δ |
| | t^a | t^e | tⁱ | t^o | t^u |
| Consoantes não oclusivas | ϣ | ↑ | ρ | ϕ | ϣ |
| | n | l | r | s | ś |

Fig. 1. Signos nucleares de valor consensual.

⁸ O conteúdo destes quadros baseia-se na bibliografia destes autores citada neste trabalho.

| | Untermann | Correa | Rodríguez Ramos | De Hoz | Correia |
|---|----------------|----------------|-----------------|--------------------|------------------|
| ⊗ | b ^u | b ^u | k ^u | p ^o (?) | — |
| ⊕ | k ^u | k ^u | b ^u | p ^o | — |
| ↑ | ? | ? | b ⁱ | p ⁱ (?) | p/b ⁱ |
| ⋈ | ř | ř | ř | ? ⁹ | ř |
| ⊗ | ? | ? | h ou H(?) | ? | h(?) |

Fig. 2. Signos nucleares de valor não consensual.

| | | | | | | | | | | | | | |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 4 | x | M | D | ≠ | 4 | z | 1 | ⋈ | 4 | Δ | Λ | 9 | A |
| 14 | 13 | 12 | 11 | 10 | 9 | 8 | 7 | 6 | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 |
| | ⊗ | ⊕ | ↑ | ⋈ | ↑ | 4 | φ | ⋈ | ⊕ | ⊗ | ⊕ | ⊗ | d |
| | 27 | 26 | 25 | 24 | 23 | 22 | 21 | 20 | 19 | 18 | 17 | 16 | 15 |

Fig. 3. Caracteres do signário de Espanca, por ordem (a partir de Untermann 1997).

Introduzidos os nossos conhecimentos atuais sobre os principais aspetos da escrita do SO, vejamos agora os problemas teóricos relativos ao seu desenvolvimento.

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO: AS PERSPETIVAS EVOLUCIONISTA E FUNCIONALISTA SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCRITA DO SO

A tese que reúne hoje maior consenso entre os investigadores é a de que esta tem origem num modelo fenício (Untermann 1990, 135; Rodríguez 2000 e 2002; Correa 2005 e 2009; de Hoz 2000-2001 e 2010), tendo os mesmos já refutado sistematicamente teses que a vinculam aos primeiros alfabetos gregos com dados paleográficos, estruturais, linguísticos e arqueológicos. Mesmo Untermann, que defendia laços com a escrita grega, mantinha a ideia concreta de uma criação de inspiração mista greco-fenícia. A mais recente crítica à hipótese de Untermann é feita em de Hoz 2010, 496-497, e merece ser sublinhada. Uma derivação “mista” constituiria um processo sem

⁹ A leitura de ⋈ como ř apoia-se quase exclusivamente na comparação com o signo homomorfo da escrita do SE, a qual possui duas letras de valor “rótico”. Atualmente, aceita-se que a escrita do SO possui também dois signos róticos. Embora de Hoz 2010, 375-376, mantenha a opinião contrária, o valor ř para ⋈ é reforçado ainda pela sua ocorrência em *-nařrk^ee:n*: (J.23.1), uma variante da frequente sequência *-nařk^ee(n)-*.

paralelo, no qual os signos de um sistema de escrita A seriam tomados como base apenas parcial, recorrendo-se depois a signos de um sistema B para suprir lacunas não preenchidas com os do sistema A. Por exemplo, para Untermann, o signo **ī** (𐤎) seria de origem fenícia, ao passo que **I** (𐤇) e **n** (𐤍) seriam de inspiração grega. Contudo, observa-se que letras com valor fonético idêntico ou próximo a /i/, /l/ e /n/ existem em ambos os sistemas, tornando tal processo injustificável. Casos como o da escrita alfabética copta, baseada fundamentalmente na grega, mas com a adição de seis signos consonânticos extraídos da escrita demótica egípcia para a notação de sons da língua copta não contemplados no sistema helénico (*š, f, h, ḏ, q, tj*) (*uid.* Daniels 2007, 59), mostram que as criações “mistas” são possíveis, mas que a inclusão de elementos de uma segunda escrita-modelo é “cirúrgica” e tem motivações estruturais. Tal justificação não existe no caso da escrita do SO. A proposta de Untermann tentava dar conta de um dilema paleográfico: por um lado, **ī** (𐤎) só se pode comparar ao *y* fenício (𐤃) e não ao *i* grego (ἰ, ι); por outro lado, **I** (𐤇) apresenta uma orientação típica do *l* grego arcaico (𐀀), mas inversa à do *l* fenício (𐤌). Porém, como viu de Hoz 1986, 77-78, também o *lamd* fenício foi invertido, de forma independente, na variante aramaica do *abjad*, surgindo como 𐤌 na famosa epígrafe de Tell Fakhariyah, no Norte da Mesopotâmia (*cf.* Sass 2005, tab. 2). Não há razão para fazer deste desenvolvimento paleográfico um elemento diagnóstico de origem grega.

Apesar do consenso geral da hipótese fenícia, a tese grega persiste na bibliografia arqueológica portuguesa (Beirão 1990; Silva e Gomes 1992, 161-163; Gomes 1997, 12; 2011). Porém, as “afinidades” entre a escrita do SO e as variedades eólica e jónica arcaicas do alfabeto grego nela defendidas não vão além de coincidências *formais* (as quais ocorrem, sublinhe-se, em qualquer sistema alfabético derivado, em última instância, do fenício e utilizado no Mediterrâneo durante a Idade do Ferro)¹⁰ e não se dão a nível *estrutural*, ou seja, não se verificam de forma sistemática em termos do valor dos signos no sistema do SO.

Possuindo signos para a notação de vogais, a ideia de que a criação da escrita do SO assentou num modelo grego parte também da premissa de que os signos vocálicos são simultaneamente uma inovação e prerrogativa grega. Por conseguinte, qualquer alfabeto “pleno” (possuidor de signos vocálicos além de consoantes) só poderia estar relacionado com o sistema fenício de maneira indireta, na medida em que teria de derivar do alfabeto grego que a este adicionou as letras para vogais. Tal noção tem raízes numa perspectiva em grande medida eurocêntrica, segundo a qual o alfabeto pleno constitui o sistema de escrita ideal e o pináculo de um esquema evolutivo, a melhoria

¹⁰ Tipicamente, os sistemas de escrita de natureza alfabética não possuem mais de cerca de 20-35 signos, formalmente compostos por um número limitado de traços. Estes dois rasgos, que são precisamente os que fazem dos alfabetos artifícios de grande economia, têm como efeito secundário inevitável a existência de falsas afinidades entre qualquer grupo de escritas alfabéticas que decidamos comparar. Assim, por exemplo, a forma X corresponde a /t/ em fenício, /k^h/ em grego, /g/ em escrita rúnica e /ks/ em diversas variantes do alfabeto latino.

última face a anteriores alfabetos consonânticos de matriz oeste-semita, tidos como imperfeitos (Rodríguez 2002, 189; Daniels 2007, 53, 60-61). Esta visão, ainda hoje amplamente difundida na literatura científica, combina a concepção novecentista de um “génio grego”, responsável pela “revolucionária” transformação de consoantes semitas em vogais e merecedor da “gradidão do mundo” (Moorhouse 1961, 177; Diringer 1971, 145, 148), com a perspetiva evolucionista, mais notoriamente cristalizada por Gelb 1963², 200-201, de que a escrita seguiu uma trajetória unidirecional, do sistema mais complexo ao mais simples, ao longo da História: pictografia > silábrios > alfabetos.

Hoje sabe-se que ambas as premissas são incorretas, porque consideram somente um número restrito de sistemas de escrita antigos, ignorando certos aspetos do seu funcionamento estrutural e a existência de várias outras escritas (Daniels 2007). O alfabeto consonântico, conhecido entre os semitistas como *abjad* ou alifato, não é um instrumento capaz de grafar apenas consoantes. Alguns dos *abjad* semitas desenvolveram um mecanismo, conhecido como *matres lectionis* (“mães de leitura”), que, em variadas circunstâncias e por distintas razões, permite que certas letras expressem já não o seu valor consonântico, mas o timbre de uma vogal próxima. Por exemplo: $y \rightarrow /ē/$ ou $/ī/$; $w \rightarrow /ō/$ ou $/ū/$. Este recurso veio a utilizar-se de maneira mais consistente no *abjad* aramaico (que derivou do fenício), desde muito cedo, e também no alifato árabe. Parece ter-se desenvolvido originalmente onde: (1) em final de palavra e por mudanças fonológicas, as consoantes /ʔ/ e /h/, antecedidas por vogais, deixaram de se pronunciar, tornando-se os sons vocálicos os últimos a pronunciar-se, mas mantendo-se a grafia tradicional com as letras ʔ e h nessa posição; (2) os ditongos /ay/ e /aw/ se contraíram para /ē/ e /ō/, passando as letras y e w a representar estas últimas vogais (monotongos) (Daniels 1997, 22). Contudo, ao contrário do que se tem sugerido na bibliografia paleo-hispanística (Rodríguez 2002, 191), os especialistas em escrita fenícia referem que, nesta, o uso de *matres lectionis* só se verifica a partir da fase púnica, não na I Idade do Ferro, e de maneira não sistemática (Hackett 2008, 85; Röllig 2011, 473). Mesmo que as vogais de antropónimos peninsulares escritos em *abjad* fenício se tenham representado esporadicamente com signos consonânticos numa lógica idêntica à das *matres lectionis* (como sugere de Hoz 2010, 499), o que está ainda por demonstrar, tal artifício ortográfico não pode justificar por si só o desenvolvimento de notação vocálica plena na escrita do SO e no alfabeto grego.

Segundo uma visão alternativa da história da escrita que se tem vindo a desenvolver, mais funcional e menos evolucionista (Daniels, 2007), a criação de letras vocálicas no alfabeto grego constituiria um fenómeno essencialmente *circunstancial*, produto de certas condições favoráveis, de natureza sobretudo linguística. As duas de maior consequência seriam (1) a existência na língua fenícia de sons consonânticos ditos “guturais” ou “laríngeos” (referindo-se a sons articulados com a glote, a epiglote ou a faringe) sem equivalente na grega e (2) o facto de que, em fenício, como noutras

línguas semitas antigas, as vogais não se davam em princípio de sílaba e, portanto, de palavra (Daniels 1997, 22). Ora, as letras do *abjad* fenício eram aprendidas numa ordem estrita, sendo que o fonema que cada signo representava era também o som inicial do seu nome: *ʔalp̄*, *bēt*, *gaml*, *dalt*, etc. Assim, a primeira letra do sistema fenício, *ʔ*, cujo nome se pronunciaria [ʔalp̄] e que representava uma consoante oclusiva glótica /ʔ/, seria ouvida por falantes de grego, que não possuíam este fonema na sua língua, como [alp^h]. Portanto, ao ser adaptada como A grego, esta mesma letra teria passado a representar a vogal /a/, isto é, o primeiro som do seu nome perceptível a ouvidos gregos (Brixhe 2007, 284; Daniels 2007, 60-61; também de Hoz 2001, 513). Daí o nome de *alpha*. Para a maior parte das cinco vogais do alfabeto grego arcaico, mais tarde sete, pode reconstituir-se um processo de derivação idêntico (fig. 4). A exceção é a letra fenícia *ʕ*, que representa uma consoante fricativa faríngea /ʕ/. Dado que o nome deste signo era *ʕēn*, não poderia, seguindo o mesmo processo, ter sido adaptado como ómicron (O) em grego.¹¹ É plausível a hipótese alternativa de Brixhe 1991, 315 ss; 2007, 284-285, e Ruijgh 1997, 544, de carácter acrofónico:¹² a letra *ʕ* remete para a representação pictórica do “olho” humano, dito *ʕēn* em língua fenícia; sendo que as três palavras gregas para “olho” ou “vista” começam com /o/ breve (*op^htalmós* e *ómma*) ou longo (*ōps*), é possível que uma delas tenha motivado o valor vocálico da nova letra grega, O.

Este relato alternativo, fundado nos nomes das letras fenícias e sua percepção no idioma recetor, é mais global e eficaz que as teses que buscam uma origem exclusiva no sistema de *matres lectionis*. É tanto mais plausível se o *abjad* fenício se transmitiu aos gregos pela aprendizagem oral do “abecedário” na sua ordem tradicional, circunstância provável se tivermos em conta a manutenção dos nomes semitas das letras no sistema grego (*ʔalp̄*, *bēt*, *gaml*, ... > *alpha*, *bēta*, *gamma*, ...). Aceitando-se este cenário, os falantes de outra língua também carente de certas consoantes “laríngeas” que decidissem desenvolver um sistema de escrita para a mesma, tomando o *abjad* fenício como modelo, ver-se-iam em circunstâncias semelhantes às dos criadores do alfabeto grego. Dado que, em condições similares, sociedades diferentes podem recorrer a soluções análogas, é possível que a criação de um alfabeto pleno a partir de um consonântico tenha ocorrido mais de uma vez na História (*uid.* de Hoz 2010, 498). Admitir esta possibilidade para a escrita do SO, na Península Ibérica, faz com que a investigação da mesma se torne ainda mais crucial.

¹¹ Sobre a reconstrução do nome desta letra fenícia como [ʕēn], *uid.* Harris 1936, 12, e Garr 1985, 35.

¹² *Acrofonia*: diz-se do processo pelo qual o signo de um sistema de escrita é de natureza pictórica e representa um objeto cujo nome, na língua representada por esse sistema, começa pelo som do signo. Assim, a letra *ʕ*, que representa a consoante [b], remete visualmente para a planta de uma casa (□), sendo que a palavra para “casa” em língua fenícia é *bt* /bēt/ (*uid.* Hamilton 2006, 50-51 ss.).

| Abjad fenício | | | | Alfabeto grego | | |
|---------------|-----------|-------------------|------------------------------------|----------------|----------------------|--------------------|
| Signo | Translit. | Nome | Som | Signo | Nome | Som |
| Ⲁ | ʾ | [ʔalḫ] | /ʔ/ (oclusiva glótica) | Α | [alp ^h a] | /a/ |
| Ⲃ | h | [hē] | /h/ (fricativa glótica) | Ε | [e (píson)] | /e/ |
| Ⲅ, Ⲇ | w | [wāw] | /w/ (semi-consoante labiovelar) | Ϝ, Ϛ | <i>digamma</i> | /w/ |
| | | | | Υ | [u (píson)] | /u/ |
| Ⲉ | ḥ | [ḥet] | /ħ/ (fricativa faríngea surda) | Θ, Η | [(h)ēta] | /h/ /ē/ (longo) |
| Ⲋ | y | [yōd] | /y/ (semi-consoante palatal) | Ϛ, Ι | [iōta] | /i/ |
| Ⲍ | ʿ | [ʿēn] ("olho") | /ʕ/ (fricativa faríngea sonora) | Ο | [o mikron] | /o/ (breve) |
| | | | | Ω | [ō mega] | /ō/ (longo) |

Fig. 4. Signos consonânticos fenícios e signos gregos deles derivados (a partir de Jeffery 1961, Brixhe 2007, Hackett 2008 e Daniels 1997).¹³

Se abandonarmos a perspetiva “alfabeticista” e eurocêntrica que, portanto, se centra nos alfabetos plenos criados a partir do *abjad* fenício no Mediterrâneo europeu, e ampliarmos o enfoque a outros sistemas consonânticos semitas raramente tratados em obras de síntese, observamos que, efetivamente, a história da escrita está longe de ser unidirecional. Como descreve Daniels 1997, 22-23, uma multiplicidade de *abjad*, como as escritas siríaca, hebraica e árabe, desenvolveram mecanismos algo sistemáticos para a notação de vogais.

Parecem-nos relevantes dois casos “extremos”. Aplicada ao iídiche, a língua de base germânica dos judeus asquenazes, a escrita hebraica adquiriu os contornos de um alfabeto pleno, com a reconversão de quatro signos consonânticos em sete vocálicos,¹⁴ sobretudo na ortografia estabelecida em 1936, na Polónia, a partir de tradições anteriores (fig. 5).

¹³ Embora os nomes das letras fenícias não tenham chegado até nós, fazemos aqui uso da sua forma fonológica reconstruída em vez da prática convencional de utilizar os nomes das letras hebraicas. Assim, [ʔalḫ] em vez de *ʾaleph*, [ʿēn] em vez de *ʿayin*, etc.

¹⁴ Sem contar com os dígrafos desenvolvidos para a notação de ditongos.

| Abjad hebraico (variante “quadrada”) | | Ortografia ídiche | |
|---|------------------------------------|-------------------|--------|
| Signo | Som | Signo | Som |
| א | /ʔ/ (oclusiva glótica) | א | [a] |
| | | א | [ɔ] |
| ב | /w/ (semicons. labiovelar) | ב | [ɔ] |
| | | ב | [ɔ] |
| ג | /y/ (semicons. palatal) | ג | [i, y] |
| | | ג | [i] |
| ד | /ʕ/ (fricativa faríngea sonora) | ד | [ɛ] |

Fig. 5. Uso vocálico de signos de consoante do *abjad* hebraico na ortografia ídiche (sg. Aronson 1996).

O segundo caso é o da adaptação de uma variante oriental do *abjad* aramaico para escrever mandaico, uma língua este-aramaica da região de Elam (atual sudoeste do Irão) que ainda hoje sobrevive. Através de um processo semelhante de reatribuição de signos consonânticos a vogais (fig. 6), a escrita mandaica tornou-se num alfabeto quase pleno. Segundo Daniels 1997, 36, o que motivou a reutilização dos signos de consoante como vocálicos na escrita mandaica foram processos de mudança linguística, já que, na sua evolução, o mandaico perdeu certas consoantes “laríngeas”, como /ʔ/ e /ʕ/, existentes na língua aramaica sua antepassada. Portanto, para este autor, tratar-se-ia de uma dinâmica interna, associada a uma língua semita. De modo diferente, Haberl 2006, 60, aponta para desenvolvimentos nos primeiros três séculos da nossa era, quando o *abjad* aramaico, utilizado a nível oficial no Império Parto, começou a ser utilizado para escrever dialectos iranianos (indo-europeus), além da língua aramaica (semita), que representava originalmente. Indo mais além do recurso de *matres lectiones*, em que as letras que nele participam retêm o seu valor consonântico apesar da função vocálica suplementar, reciclaram-se como vocálicos os signos de certas consoantes “laríngeas” sem equivalente nas línguas iranianas (fig. 6). Este teria sido o precedente para a configuração da escrita mandaica que, de acordo com o mesmo autor, seria a adaptação de uma variante iraniana do *abjad* dos sécs. II-III n.e.

| Abjad aramaico (variante cursiva meso-persa) | | | Alfabeto mandaico | |
|---|-----------------|--------------------|-------------------|------------------------------|
| Signo | Som em aramaico | Som em persa médio | Signo | Som |
| 𐤀 | /ʔ/ | /a/ | ⲟ | /a/ |
| 𐤁 | /w/ | /o, u, w/ | Ⲡ | /o, u, w/ |
| 𐤂 | /y/ | /e, i, y/ | ⲡ | /i, y/ /e/ medial |
| 𐤃 | /ʕ/ | ∅ | Ⲣ | /e/ /i-, o-, u-/ iniciais |

Fig. 6. Uso vocálico de signos de consoante na variante meso-persa do *abjad* aramaico e no alfabeto mandaico (partir de Daniels 1996; 1997, 28, 36, Skjærvø 1996, 518 e Haberl 2006, 57, 60).

Tanto se a prática mandaica for o resultado da aplicação do *abjad* a uma escrita semita como a uma indo-europeia, o padrão que emerge da comparação destes dois casos com o do alfabeto grego é o desenvolvimento de notação de vogais em sistemas de escrita fonémicos (uma novidade no sentido em que, antes destes, os signos mono-vocálicos existiam apenas em sistemas silábicos) quando escritas consonânticas se adaptaram a línguas não possuidoras de certas consoantes “laríngeas”. Poder-se-ia contra-argumentar que as soluções mandaica e iídiche só foram possíveis porque pensadas em contextos em que já se conheciam a escrita alfabética grega e outras dela derivada — sobretudo no caso da ortografia iídiche, elaborada na Europa contemporânea. Ou seja: certos alfabetos plenos já existentes poderiam ter servido de modelo. Não obstante, e é importante sublinhar este ponto, as soluções encontradas em cada caso foram essencialmente internas, ou seja, desenvolvidas “dentro” dos próprios *abjad* implicados.¹⁵ É difícil saber se os criadores dos signos vocálicos que vemos na escrita do SO tomaram conhecimento da notação vocálica desenvolvida pelos gregos, provavelmente no séc. IX a.n.e. (*uid.* Brixhe 2004), mas, ainda que assim tivesse sido, as modificações paleo-hispânicas foram efetuadas a partir de signos consonânticos de origem fenícia, de maneira autónoma e com escolhas próprias (*uid.* 4.1).

4. O DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA DO SO

É contraprodutivo tentar estabelecer as afinidades da escrita do SO (ou o de qualquer outra) com base em elementos não diagnósticos. O alfabeto grego, além de não ser necessariamente o modelo *funcional* da escrita do SO, deve decididamente excluir-se como modelo *formal* com base nos dados

¹⁵ Caso diferente do da escrita siríaca ocidental, em que uma das modalidades de ortografia vocálica desenvolvidas consistia em adicionar às consoantes pequenas letras vocálicas gregas, sobrescritas ou subscritas (Daniels 1997, 23).

paleográficos, como tem sido abundantemente demonstrado por outros investigadores, sendo o caso de $\aleph = \mathbf{i}$ vs. grego arcaico $\dot{\iota} \sim \mathbf{i} = i$ a prova mais evidente. Aqui abordaremos a função e origem dos seus signos a partir deste enfoque.

4.1. As vogais

Está hoje bem estabelecida a existência de cinco signos vocálicos na escrita do SO: **a** (\aleph), **e** (\omicron), **i** (\aleph), **o** (\neq) e **u** (\uparrow). Como já vimos, a sua decifração é segura, conjugando-se o facto de que alguns deles possuem equivalentes formais e fonéticos nas escritas paleo-hispânicas decifradas (total ou parcialmente) com a sua utilização de todos no mecanismo de redundância vocálica (fig. 11).

A modelação de **i** (\aleph) e **u** (\uparrow) a partir das letras fenícias para as semi-consoantes γ (\daleth) e w (\beth) não constitui surpresa: a mesma escolha subjaz não só à criação do alfabeto grego mas também à maioria dos casos em que *abjad* semitas desenvolveram notação vocálica total ou parcial, incluindo os usos de *matrēs lectionis* e os casos anteriores das ortografias mandaica e iídiche. Igualmente trivial é a reutilização de um signo de oclusiva glótica /ʔ/ como vogal /a/, neste caso a adaptação de \aleph fenício como **a** (\aleph) na escrita paleo-hispânica.

Porém, a partir daqui cessam as semelhanças com a trajetória helénica. A letra fenícia \eth (\eth) converte-se em **e** (\omicron) na escrita do SO, talvez porque aos ouvidos dos criadores desta última o nome da letra soasse como *[en], sendo [e] a vogal inicial (Correa 2005, 142). É notável que este seja precisamente o caminho trilhado pelos sistemas mandaico e iídiche, nos quais a letras derivadas do \eth fenício também vieram a empregar-se para escrever uma vogal de timbre /e/. Mais complicada é a origem de **o** (\neq) que não tem equivalentes formais óbvios, nem na escrita fenícia, nem no alfabeto grego. Contudo, Rodríguez 2000, 26; 2002, 192, propôs, de maneira enge-nhosa, que esta letra derivaria do $\aleph = /ʔ/$, tal como $\aleph = \mathbf{a}$. Como viu o autor, a ortografia iídiche oferece-nos um paralelo *tipológico*, já que nela o \beth hebraico (\beth) se desdobrou, mediante a adição de diacríticos, em dois grafemas distintos: um com o valor de *a* (\beth) e outro com o valor de *o* (\beth) (fig. 5). A hipótese de Rodríguez encontra também sustentação em dados paleográficos. Em primeiro lugar, Sader 2005, 90, fig. 76, regista, em epigrafia fenícia realizada sobre estelas funerárias do atual Líbano e ao longo dos sécs. IX-VI a.n.e., uma variação paleográfica da letra \aleph que inclui tanto formas reclinadas em sentido anti-horário, ao ponto de se parecerem a \aleph , como variantes que consistem no cruzar de dois traços horizontais, quase paralelos, com uma linha vertical, à semelhança de \neq (fig. 7). Em segundo lugar, observamos que, num mesmo texto fenício, \aleph pode oscilar entre formas mais ou menos reclinadas. Esta variação verifica-se em duas epígrafes pétreas fenícias de época recuada (séc. IX a.n.e.?), a estela de Nora (Sardenha) e outra de proveniência incerta em Chipre (fig. 8). Havendo variação sincrónica entre formas de \aleph fenício

mais próximas a A e outras mais afins a ꞥ, a derivação de ambos os signos do SO a partir daquela letra fenícia afigura-se plausível. Isto sugere que o desenvolvimento do A da escrita do SO não implicou necessariamente uma rotação em sentido horário da letra fenícia, sendo possível uma evolução paleográfica ꞥ > Δ > A.

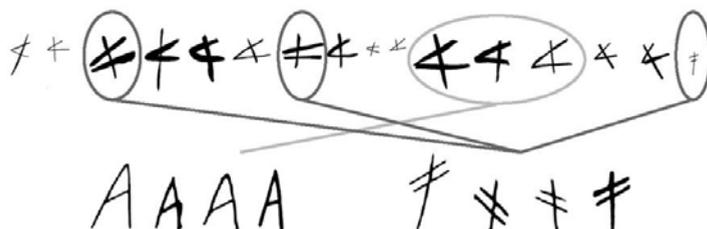


Fig. 7. Em cima: variação paleográfica do ꞥ fenício (sg. Sader 2005, fig. 76); em baixo: exemplos de A e ꞥ da escrita do SO, das estelas de J.1.1. e J.1.4 (Fonte Velha VI e II), J.7.3 (Vale dos Vermelhos I) e J.10.1 (Mestras) (sg. Correia 1996, com ref. à autoria dos desenhos originais).

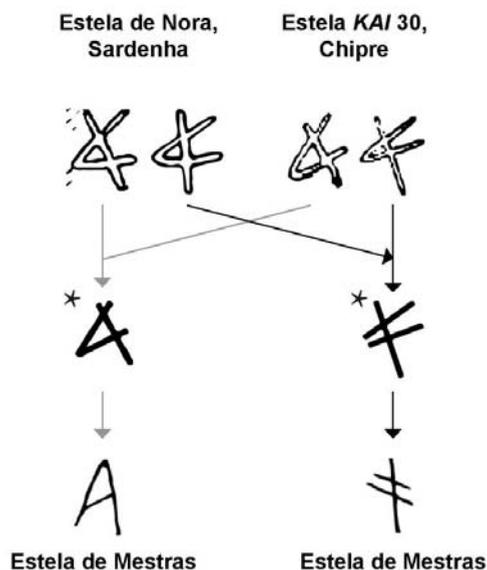


Fig. 8. Comparação entre variantes de ꞥ fenício das estelas de Nora e KAI 30 (sg. Naveh 1997, figs. 47-48) com exemplos de A e ꞥ da estela J.10.1 (Mestras) (sg. Beirão 1986, *apud* Correia 1996, 105, n.º 35); as formas intermédias precedidas de asterisco são hipotéticas.

A este propósito, tem-se defendido uma origem grega da escrita a partir da observação de que a letra a (A) da escrita do SO é paleograficamente idêntica ao alfa grego arcaico (Α), mas diferente do ꞥ fenício (ꞥ). É certo que a “verticalização” do signo se deu no alfabeto grego, que num grafito datado de c. 725 a.n.e. emprega uma forma ainda horizontal (ꞥ) (Jeffery 1961, 23, Pl. 1.1). O que nem sempre se reconhece é que a rotação de signos homólo-

gos se deu, de maneira totalmente independente, em diversas escritas. Assim, em finais do II milénio a.n.e., o *abjad* canaanita empregava tanto uma forma א, como a variante פ (Hamilton 2006, 34 e 377-378). Não é necessário tornar a questão ainda mais intrincada, fazendo remontar a uma variante do *abjad* canaanita do II milénio a.n.e. o alfabeto grego (como propôs Naveh 1997, 177-178) ou a própria escrita do SO (Rodríguez 2002, 192-194). A rotação de signos é um fenómeno paleográfico trivial, não um elemento diagnóstico da filiação de uma escrita (Valério 2008, 117). Anteriormente, vimos o claro exemplo da letra fenícia ל (L), invertida de forma independente nas escritas aramaica, grega e do SO.

| Abjad fenício | | | Escrita do SO | |
|---------------|---------|-----|---------------|-----|
| Signo | Nome | Som | Signo | Som |
| א | [ʔalp̄] | /ʔ/ | א | /a/ |
| | | | פ | /o/ |
| ו | [wāw] | /w/ | 𐤅 | /u/ |
| י | [yōd] | /y/ | 𐤆 | /i/ |
| ע | [ʕēn] | /ʕ/ | ו | /e/ |

Fig. 9. Origem dos signos vocálicos da escrita do SO (*uid.* Rodríguez 2000, 26).

A adaptação peninsular mostra todos os sinais de ter seguido o critério de atribuir a signos consonânticos fenícios valores vocálicos baseados nos sons iniciais dos seus nomes, de maneira ainda mais sistemática que o alfabeto grego (fig. 9). Tal conclusão não deve surpreender, visto que na transmissão da escrita à Península Ibérica se preservou igualmente a ordem essencial do abecedário fenício (veja-se a placa de Espanca, fig. 3), o que sugere uma aprendizagem oral dos nomes das letras. Também assim se entende que se tenha sentido a necessidade de criar um novo signo para **o**, baseado em **a**, já que nenhum dos nomes das outras letras “larígeas” do *abjad* fenício principia com um som de articulação próxima a /o/.

4.2. As consoantes não oclusivas

A transliteração dos signos א = **l**, נ = **n**, פ = **r**, פ = **s**, מ = **ś**, bem como a sua origem oeste-semítica (cf. as letras fenícias ל = **l**, נ = **n** e פ = **r**), não levanta hoje grandes questões, exceto no que concerne a derivação dos dois últimos signos, que representam sons sibilantes (sobre a provável ausência de **m**, *uid.* 4.4).

O primeiro deles, פ, corresponde formalmente tanto ao *ksi* arcaico grego como ao *samek* fenício, mas discute-se ainda se o segundo, מ, corresponderá a š (W) ou ś (∞) fenício (Rodríguez 2002, 206-207, n. 27). Rodríguez

(*ibid.*) defende um desenvolvimento $\text{š } W > \text{ś } \text{M}$ que só implicaria uma inversão num eixo vertical, como a que apresentam 𐤆 ($< \text{z}$ fenício) e 𐤇 ($< \text{L}$). Opinião contrária mantém de Hoz 2010, 496, n. 23, para quem é mais provável um processo $\text{ś } \text{V} > \text{ś } \text{M}$. É de assinalar que M é efetivamente idêntico à letra grega *san* (M), que os especialistas julgam derivada de ś (V) (Jeffery 1961, 33), mas os dois desenvolvimentos paleográficos parecem possíveis. Outro problema radica na posição de M paleo-hispânico no “abecedário” da placa de Espanca, que, embora pareça representar um sistema um tanto diferente do da escrita SO, nos informa sobre a ordem dos signos das escritas paleo-hispânicas meridionais, que segue a dos *abjad* oeste-semitas. Na placa, M é precedido de uma letra de forma difícil, que poderia equivaler tanto a um Q ($< p$ fenício) inusual como a um P ($< r$) deformado (*cf.* fig. 3). No primeiro caso, M derivaria de ś (W); no segundo, de ś (V).

No entanto, há um argumento, por nós proposto recentemente (Valério 2014, 451), que poderá fazer pender a balança para o lado de W (ś). Trata-se de ter em conta a interpretação fonológica das letras sibilantes fenícias, sendo que existem duas visões distintas (fig. 10).

| Signo | Translit. | Interpretação tradicional (Segert 1997, 59) | Interpretação alternativa (Hackett 2008, 86) |
|-------|-----------|--|---|
| 𐤆 | <i>z</i> | /z/ | /dz/ |
| 𐤇 | <i>s</i> | /s/ | /ts/ |
| 𐤈 | <i>ś</i> | /s ² / | /ts ² / |
| 𐤉 | <i>š</i> | /ʃ/ | /s/ |

Fig. 10. Interpretações fonológicas dos signos de consoantes sibilantes fenícias.

Cada uma delas tem implicações diferentes para a origem das sibilantes da escrita do SO, que podemos resumir da seguinte forma:

- (1): $\text{s} < \text{fenício } \text{ś} (\text{𐤇}) = /s/$; $\text{ś} < \text{fenício } \text{ś} (W) = /ʃ/$ ou $(\text{ś}) \text{V} = /s^2/$
 (2): $\text{s} < \text{fenício } \text{ś} (\text{𐤇}) = /ts/$; $\text{ś} < \text{fenício } \text{ś} (W) = /s/$ ou $(\text{ś}) \text{V} = /ts^2/$

Daqui se observa que o som representado por ś (W) fenício, fosse ele [ʃ] alveolo-palatal ou simplesmente [s], corresponde a um fonema recorrente nas línguas mundiais, ao passo que o som de ś (V), fosse uma sibilante glotalizada [s²] ou [ts²], seria bastante mais raro.¹⁶ Portanto, é *tipologicamente* mais provável que a língua peninsular subjacente à primeira escrita paleo-hispânica possuísse um som próximo, em termos de articulação, ao de ś (W) e não ao de ś (V). Ou, em alternativa, que possuísse sons próximos a ambos. Embora não se trate de um argumento decisivo, isto dá algum peso à hipótese da derivação $W > \text{M}$.

¹⁶ Frequência destes sons nas 451 línguas mundiais representadas na base de dados UPSID: [s] = 73,4%; [ʃ] = 41,5%; [s²] = 0,67%; e [ts²] = 0,89%.

O cenário alternativo de retenção dos três signos fenícios de sibilante, \aleph , ω e $\var�$, na escrita do SO implicaria, também, a possível existência adicional de um som na língua paleo-hispânica capaz de justificar a manutenção de $\var�$. A nosso ver, supor que $\omega > \aleph$ deixa o caminho aberto para uma possível criação do signo $\aleph = \acute{r}$ da escrita do SO a partir de $\var�$ (ς) fenício, nas suas variantes paleográficas $\var�$ e \aleph (cf. Sass, 2005, tab. 2). No processo de criação adaptativa da primeira escrita paleo-hispânica, é de frisar que, além da invenção de alguns signos *ex novo*, os especialistas propõem até a reciclagem de signos fenícios para sons sem qualquer vínculo ao seu valor original (veja-se $\aleph = \acute{h} > \acute{t}^e$), pelo que seria de esperar que nenhuma das 22 letras fenícias tenha sido desaproveitada — como poderia ser o caso de z (\aleph) e ς ($\var�$). Infelizmente, a ideia de que $\aleph = \acute{r}$ remonta a $\var� \sim \aleph$ é tentadora a nível paleográfico, mas problemática em termos fonológicos.¹⁷

Em suma, o que aqui apresentamos é uma reflexão acerca das possibilidades que nos parecem mais “económicas”, sem qualquer pretensão de resolver problemas cuja natureza é assaz complexa. Como bem aponta de Hoz 2010, 515, há sistemas de escrita de origem e estrutura bem conhecida que nos recordam que os adaptadores de uma escrita não atuam necessariamente com “lógica matemática”, pelo que não devemos esperar que a origem de cada signo tenha uma explicação absolutamente sistemática.

4.3. As consoantes oclusivas

Vimos anteriormente que signos que nas escritas semissilábicas do SE, do NE e celtibérica são silábicos, na escrita do SO seguem-se habitualmente de uma vogal que é, por norma, a mesma, produzindo grafias do tipo k^a - a , k^e - e , k^i - i , etc. Este mecanismo de redundância vocálica suscita uma questão crucial (de Hoz 2010): qual é o valor real dos signos do SO que representam oclusivas? Serão eles silábicos ou alfabéticos? Os utilizadores da escrita entendiam \acute{t}^a (\aleph) como ta (silábico), ou como “ t que se usa antes de a ” (alfabético)? Da resposta a estas perguntas depende a classificação tipológica da escrita do SO como semissilabário ou alfabeto.

Compreender a origem e função dos signos de consoante oclusiva requer uma conjugação de análises interna e comparativa, conforme ilustrado na fig. 11.

¹⁷ Paleograficamente, esta proposta parece-nos menos complexa do que a possibilidade anotada por Rodríguez 2002, 205, segundo a qual \aleph resultaria talvez da rotação de z fenício (\aleph): $\aleph > H > \aleph < \acute{r}$. A nível fonológico, a dificuldade radica em justificar que uma letra representando /s/ ou /ts/ motivasse o valor de \acute{r} . Porém, é de considerar uma ideia do próprio Rodríguez *ibid.*, 205-206, que assinala que uma sibilante sonora /z/ pode converter-se em consoante rótica /r/ em ambiente intervocálico. A esta observação podemos acrescentar que algumas línguas, como o mapudungun (Chile), possuem uma consoante dita retroflexa cuja pronúncia pode oscilar entre a sibilante [z] e a aproximante [ɻ] (Sadowsky *et al.* 2013, 90); veja-se também o caso do mandarim, em que um mesmo fonema parece oscilar entre [z] e [r] (Duanmu 2007, 24).

| Abjad fenício | | Escrita do SO | | Escrita do SE | | Escrita ibérica do NE | |
|---------------|----------|----------------|--------------------------|----------------|------------------------|-----------------------|-----------|
| Signo | Som | Signo oclusivo | Signo vocálico associado | Signo silábico | Som | Signo silábico | Som |
| △ | <i>d</i> | Δ | u | Δ | tu | Δ | Tu |
| ⊕ | <i>t</i> | ⊕ | i | ⊕ | ti | ⊕ | Te |
| + | <i>t</i> | × | a | × | ta | × | Ta |
| ∧ | <i>g</i> | ∧ | a | ∧ | ka | ∧ | Ka |
| ⋈ | <i>k</i> | ⋈ | e | ⋈ | ke | < | Ke |
| φ | <i>k</i> | φ | i | φ | ki ² | — | — |
| ◁ | <i>b</i> | Ⓟ | e | ⌈ | ba ² | Ⓟ | Bi |
| ∩ | <i>p</i> | □ | o | □ | bo ² | Ⓜ | Bu |

Fig. 11. Análise comparativa e interna dos signos de oclusiva da escrita do SO de origem fenícia.¹⁸

As consoantes oclusivas velares e dentais da língua fenícia possuíam um contraste tripartido entre as sonoras /g, d/, as surdas /k, t/ e as surdas “enfáticas” /ḳ ou q, ṭ/.¹⁹ A fig. 11 ilustra como cada letra fenícia representando um destes sons se vinculou, na escrita do SO, a uma vogal específica, como se os rasgos que os distinguiam se tivessem tornado indiferentes. Assim, *t* fenício converteu-se em **t** que precede sempre **a** e se transcreve **t^a**, *d* > **t^u**, *t* > **tⁱ**, e assim sucessivamente.²⁰ Esta convergência é uma forte indicação de que os contrastes de sonoridade e “ênfase” foram *neutralizados* na primeira escrita paleo-hispânica em que a dita modificação se implementou (cf. de Hoz 2001, 520; 2010, 490; e Valério 2008, 121). Esta é a razão pela qual resulta mais coerente transliterar os signos de oclusiva labial com um **p** indistinto (como de Hoz), ao invés de utilizar **b** (como Correa e Rodríguez Ramos), que é a convenção extrapolada dos semissilábrios do SE e NE.

¹⁸ Incluem-se, sem ponto de interrogação, os valores dados como quase unânimes em Ferrer 2010, 71-72, fig. 2.

¹⁹ As enfáticas fenícias são habitualmente descritas como oclusivas glotalizadas [ḳ, ṭ] (Hackett 2008, 86), embora seja difícil confirmar esta interpretação fonológica. É igualmente possível que *ḳ* fosse uma oclusiva uvular [q]. De qualquer forma, a precisão desta interpretação é inconsequente para os nossos propósitos.

²⁰ A tese grega ignora a distribuição interna dos signos da escrita do SO e tem como resultado um esquema, implausível a nível linguístico, em que (exceto nas raras epígrafes que não respeitam a redundância vocálica) o suposto *d* (Δ) só ocorre antes de /o, u/, *tⁱ* (⊕) apenas antes de /i/ e *t* (×) somente antes de /a/.

Tal desenvolvimento sugere que a primeira escrita paleo-hispânica a impor estas modificações — que não foi necessariamente a do SO — representaria uma língua cujo inventário fonológico possuía apenas três oclusivas /P, K, T/ (de Hoz 2001, 520; Valério 2008, 121-122). Como efeito colateral da neutralização das letras oclusivas fenícias, algumas destas tornaram-se redundantes ou excedentárias, deixando os criadores da escrita paleo-hispânica com dois signos labiais (𐤀, 𐤁 > **p, p**), três velares (𐤂, 𐤃, 𐤄 > **k, k, k**) e três dentais (𐤅, 𐤆, 𐤇 > **t, t, t**) de valor idêntico. Por sua vez, isto pode explicar o porquê de serem os signos oclusivos os que se comportam de maneira especial, ocasionando o mecanismo da redundância vocálica, sem que tenhamos automaticamente de os classificar como silábicos, *stricto sensu*.

De Hoz 2001, 511; 2010, 509, fez a pertinente analogia com os casos dos alfabetos grego e etrusco na qual, cremos, merece a pena insistir aqui. O alfabeto grego incorporou as três letras fenícias para velares, *g* (𐤂), *k* (𐤃) e *q* (𐤄), as quais foram convertidas em *gamma* (Γ), *kappa* (Κ) e *qoppa* (Ϟ), respetivamente. Dado que o grego não possuía o som de *q*, as letras Κ e Ϟ tornaram-se redundantes, representando ambas /k/. Inicialmente, Ϟ, apesar de “repetida”, não foi abandonada. A maioria dos alfabetos gregos arcaicos especializaram o uso das duas letras. Assim, Ϟ empregava-se antes das vogais *o* e *u* e Κ nas restantes posições (Jeffery 1961, 33). Entretanto, os etruscos adotaram e adaptaram a variedade eubeia do alfabeto grego à sua própria língua. O alfabeto da Eubeia continha as três letras velares gregas: 𐌂 (< Γ) para /g/, 𐌃 e 𐌄 para /k/. Contudo, a língua etrusca carecia de contraste de sonoridade, pelo que possuía /k/ como fonema, mas não /g/. Assim, os criadores do alfabeto etrusco depararam-se com três letras redundantes, 𐌂, 𐌃 e 𐌄 (transcritos por convenção como *c*, *k* e *q*), para a única oclusiva velar da sua língua. Porém, deram também um uso especializado a todas, pelo que, numa fase inicial do alfabeto, se escrevia Ϟ antes de *u*, Κ antes de *a* e 𐌂 antes de *e* e *i* (Rix 2008, 143-144). Ora, com boa razão, nem no caso grego, nem no etrusco, os investigadores deixam de tratar estes signos como alfabéticos, nem abandonam as transcrições convencionais de 𐌂, 𐌃 e Ϟ itálicos como *c*, *k* e *q* para passar a transliterá-los como silabogramas *ke/i*, *ka* e *ku*.

Da mesma forma, a escrita do SO parece ter funcionado não como um “alfassilabário”, ou semissilabário, mas como um alfabeto pleno autêntico, em que as características fonológicas da língua paleo-hispânica recetora tornaram excedentes certas letras do modelo fenício. Em termos estruturais, o que vemos é a manutenção de todas estas, mas especializando-se cada signo de cada um dos três pontos de articulação oclusiva (labial, velar e dental) ao uso antes de uma das vogais.

A seguinte questão é se o facto de haver, por exemplo, apenas três signos de dental para repartir por cinco vogais encorajou, por razões de simetria (e de facilidade de ensino?), a inovação de signos oclusivos adicionais para preencher os “vazios” (*uid.* já de Hoz 2010, 505, 509). Daí que, ao passo que 𐌂 = **t^u** se utiliza antes de **u** (𐌂), antes de **o** (𐌃), uma vogal que talvez se pronunciasse com arredondamento dos lábios como **u**, encontramos habitual-

mente a variante $\mathbf{\Delta}$, que a maioria dos autores interpretam como \mathbf{t}^0 . É plausível a proposta de Rodríguez Ramos 2000, 31, que o interpreta como um grafema que se criou “desdobrando” \mathbf{t}^u (Δ). Seguindo o mesmo critério, Rodríguez Ramos 2000, 34, propôs ler $\mathbf{\bowtie}$ como \mathbf{k}^u , relacionando-o graficamente com \mathbf{k}^0 (\bowtie), ao passo que para $\mathbf{\aleph}$ sugeriu o valor de \mathbf{b}^u , derivando-o formalmente de \mathbf{b}^0 (\square). Esta proposta, aceite em Valério 2008, 134, e Correia 2014, 93, é contrária à de outros investigadores, que transliteram $\mathbf{\bowtie}$ como \mathbf{b}^u e $\mathbf{\aleph}$ como \mathbf{k}^u (fig. 2).²¹

4.4. Signos de oclusiva problemáticos

A leitura de $\mathbf{H} / \mathbf{\aleph}$ como \mathbf{t}^e é quase unânime e justifica-se pela leitura do signo $\mathbf{\aleph}$ do semissilabário do SE como \mathbf{te} . Porém, ela leva-nos a supor que $\mathbf{\aleph} = \mathbf{h}$ fenício foi reciclado com um valor fonético totalmente inovador. Mais problemático ainda é o facto de que a escrita do SO apresenta pelo menos dez formas semelhantes ao $\mathbf{\aleph}$ fenício: \square , \square , \square , \square , $\square \sim \square$, $\square \sim \square$, \square , \square , e também \square (variantes a-j da forma S-47, segundo a classificação de *MLH* IV). Estas poderão corresponder a até quatro grafemas distintos, mas é difícil de estabelecer quais são signos independentes e quais são alógrafos. Por exemplo, $\square \sim \square$ surgem não só antes de \mathbf{e} , como seria de esperar se o seu valor fonético fosse \mathbf{t}^e , mas também antes de \mathbf{o} e de \mathbf{u} .

Devido a estas dificuldades, tínhamos proposto que \mathbf{t}^e estaria representado por \mathbf{D} , tratando-se este de um desdobramento gráfico de $\mathbf{\Phi} = \mathbf{t}^i$ (Valério 2008, 123). Temos agora sérias reservas sobre esta proposta, já que \mathbf{D} é uma forma bastante rara, com apenas três ocorrências, duas delas antes de \mathbf{e} (Alcoutim, J.9.1 e Mestras, J.10.1) e uma antes de \mathbf{i} (Corte do Freixo, J.12.3). Esta distribuição levanta dúvidas sobre a participação do signo na redundância vocálica \mathbf{e} , portanto, sobre o seu valor de oclusiva. É mais provável que se trate de uma variante de outro signo mais bem documentado. O melhor candidato candidato a nível formal pareceria ser \mathbf{r} (\mathbf{P}), mas as duas formas coexistem em J.12.3. Untermann propôs tratar-se de uma variante de \mathbf{b}^e (ou seja, \mathbf{p}^e), ao passo que Rodríguez e de Hoz sugerem \mathbf{k}^e (*uid.* de Hoz 2010, 380, com síntese das propostas anteriores).

A labial é a mais problemática das três séries oclusivas, devido ao facto de que o modelo fenício só contém dois signos de oclusiva labial, \mathbf{b} sonora e \mathbf{p} surda. É consensual a probabilidade de que \mathbf{b} ($\mathbf{\vartheta}$) fenício tenha inspirado o signo \mathbf{p}^e ($\mathbf{\varrho}$, 6) do SO, ao mesmo tempo que a leitura de \square como \mathbf{p}^0 é unânime

²¹ A maioria dos autores seguem uma lógica comparativa, baseada na ideia de que $\mathbf{\bowtie}$ corresponde, por evolução paleográfica, ao silabograma \mathbf{ll} da escrita do SE. Este surge nas legendas monetárias $\mathbf{il}|\mathbf{lka}$, equivalente à forma latina *OBVLCO*, e $\mathbf{ll}|\mathbf{tilkoš}$, comparável a *BODILCOS*. As duas equações contradizem-se e é difícil decidir conclusivamente se \mathbf{ll} do SE representa \mathbf{bo} ou \mathbf{bu} , mas restam poucas dúvidas de que se trata de um valor labial (*uid.* Ferrer 2010, 72, com refs.). Isto serve de argumento aos autores que leem $\mathbf{\bowtie}$ como \mathbf{b}^u , não deixando de ser verdade que, em consequência, transliteram $\mathbf{\aleph}$ como \mathbf{k}^u por mera exclusão de partes (*uid.* Rodríguez 2000, 33).

por motivos internos e comparativos, embora a origem deste último não seja óbvia. Se não deriva de *h* fenício (𐤇), □ poderá ser o produto final da angularização progressiva de *p* (?), culminando no encerramento da forma em retângulo (hipótese mencionada, ainda que criticamente, por Rodríguez 2000, 27), talvez por interação com o artifício epigráfico das cartelas: ? > *□ > □.²² A partir daqui, a identificação de outros membros da série labial é problemática.

Adotando a perspetiva interna, em que coincidimos com Rodríguez, 𐤎 ~ 𐤍 poderia ser um desdobramento formal de □ = **p**^o em termos de forma, sugerindo-se o valor de **p**^u. Porém, ao interagir com diferentes vogais, não é seguro que pertença ao conjunto de signos oclusivos em que opera o princípio de redundância vocálica (Valério 2008, 130). Outros autores defendem, como vimos, um valor **k**^u (cf. fig. 2) e tratam 𐤎 como **p**^u ou **b**^u. Este valor coaduna-se melhor com o que se sabe da escrita do SE, mas traz a desvantagem de assignar consoantes diferentes a formas semelhantes, 𐤎 e 𐤍.²³ Note-se que 𐤎 não ocorre na placa de Espanca. Se o signário desta representa a primeira escrita paleo-hispânica (“tartéssica”) e o signário de referência para a escrita do SO, como sugere de Hoz 2010, 522-524, então este facto reforça a ideia de que 𐤎 é uma criação secundária e posterior, nomeadamente um desdobramento de 𐤍 (**k**^o), este último efetivamente presente na epígrafe de Espanca.

Têm igualmente implicações para a série labial os signos 𐤑, interpretado como **p**^a pela maioria dos investigadores, e 𐤒, que Untermann 1997 e de Hoz 2010, 376 consideram de valor incerto, mas para o qual Rodríguez 2000, 10, e Correia 2014, 93, ponderam um possível valor consonântico aspirado, **h** ou **H**. Anteriormente, sugerimos o valor de **p**^a para 𐤒 (Valério 2008, 125-126). Dado que este signo é habitualmente seguido de **a** na escrita do SO e que a maioria dos autores propõe o valor labial de **be** para o seu equivalente formal na escrita do SE (Ferrer 2010, tab. 2), pareceu-nos plausível pensar numa labial associada a **a**. Porém, neste nosso cenário, 𐤑 já não poderia representar **p**^a, pelo que propusemos que deveria, pelo contrário, ter o valor de **m**. Apoiámos esta ideia no vínculo paleográfico de 𐤑 à letra fenícia *mēm*, a qual possui uma variante vertical (ξ) documentada em epígrafes fenícias dos sécs. X e IX (fig. 12) e, possivelmente, da primeira metade do VIII a.n.e. (cf. de Hoz 1986, 78).

²² Merece a pena fazer duas observações: (1) a forma intermédia □ é idêntica ao signo 19 do abecedário de Espanca, o que está em harmonia com a hipótese de que o signo 11 da mesma epígrafe corresponde a *r* e não *p* fenício (*uid.* 4.2); (2) a possibilidade de □ apresentar uma evolução paleográfica análoga à do □ grego não deve ser tomada automaticamente como diagnóstica de derivação helénica.

²³ É interessante o apontamento de Rodríguez 2002, 209-210, de que 𐤎 = **k**^u poderia corresponder a uma “labiovelar falsa” que na língua da escrita do SE se converteu em **p**^u. Para a plausibilidade tipológica de uma mudança fonológica de /ku ~ gu/ a /pu ~ bu/, veja-se o caso do topónimo cananeu *Gublu* > grego Βύβλος, “Biblos”, e o contraste entre hitita *kursa-* e grego βύρσα, “pele, couro”.

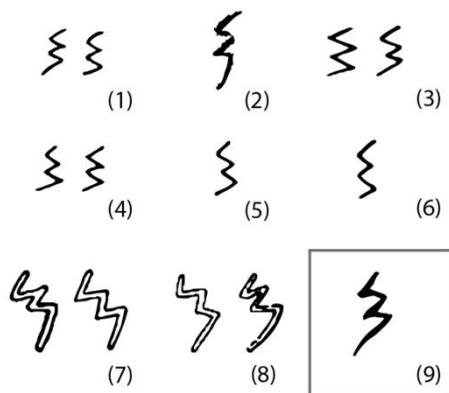


Fig. 12. Exemplos de *mem* verticais: (1) sarcófago de Aḥiram (Biblos), c. 1000; (2) estela do séc. x proveniente do Líbano; (3) espátula de ʿAzar-Baʿal (Biblos), de meados do séc. xi; (4) inscrição de Yehi-Milki (Biblos), de meados do séc. x; (5) inscrição de ʾAbi-Baʿal (Biblos), de c. 925; (6) epígrafe de ʾEli-Baʿal (Biblos), séc. x; (7) estela de Nora, Sardenha, séc. ix (?); (8) epitáfio de Chipre, de proveniência desconhecida (KAI 30), primeira metade do séc. ix (?); (9) calendário de Gezer, do séc. x (?), inscrito em *abjad* hebraico arcaico, derivado do fenício (a partir de Naveh 1997, 58 e 63, figs. 47-48, 54; Sader 2005, n.º 16; e Sass 2005, 24, tab. 2).²⁴

Porém, uma eventual derivação de \beth de *m* fenício não é um impedimento para um valor **p^a** e para a ausência de um signo de valor **m** do sistema do SO. *Contra* Valério 2008, 126, não é relevante que \beth corresponda a ξ , o signo que na placa de Espanca ocupa a posição do *m* fenício, visto que outras letras deste signário conservam a sua posição no abecedário semita mesmo se o seu valor fonético foi modificado. Maior problema constituiria a distribuição de \beth , pois o signo não é utilizado exclusivamente antes de **a** e, portanto, não respeita sempre o mecanismo da redundância.²⁵ Para manter a sua interpretação como **p^a**, haveria que supor que os casos em que não é seguido por **a** são irregulares. Para a ausência do fonema [m] na língua da escrita do SO, uma característica rara em sistemas linguísticos recentes,²⁶ existe um precedente

²⁴ Embora se ilustrem aqui exemplos retirados de Sass 2005, para as cronologias seguimos, no essencial, Gibson 1982, visto as do primeiro autor serem objeto de debate (*uid.* Rollston 2008).

²⁵ Há pelo menos um exemplo antes de **e** (J.12.4) e outro antes de **r** (J.52.1). Igualmente, a sua “alta frequência” antes de **a** (Rodríguez 2000, 36) deve ser vista com cautela, já que se pode dever em boa parte ao uso do signo em sequências muito repetidas nas diferentes estelas, principalmente $\text{-}\beth\text{A}^{\text{p}}\text{O-}$ = **-p^aare-** e $\text{-}\beth\text{A}^{\text{p}}\beth\text{A}^{\text{n}}\text{-}$ = **-uarp^aan-**.

²⁶ A existência de [m] na maioria das línguas atuais infere-se pela sua presença em 94,7% dos 451 sistemas linguísticos que compõem a base de dados *UPSID*.

tipológico em línguas antigas não-indo-europeias da Península Ibérica.²⁷ Aceitando-se, portanto, \mathfrak{h} como \mathfrak{p}^a ,²⁸ é provável que \mathfrak{h} da escrita do SO não fosse um signo de oclusiva. Se na escrita do SE o seu equivalente representava um silabograma de valor labial, **be**, então, ao derivar de uma letra fenícia para a fricativa glótica (ou “aspirada”) /h/ (\aleph), torna-se tentador hipotetizar num valor “intermédio”, simultaneamente próximo ao modelo fenício e ao seu destino final na escrita sul-oriental. Esse valor seria o de uma fricativa labial, que podemos expressar hipoteticamente como **f** (no fundo, semelhante à leitura proposta por Koch 2013, 21, 172, embora este autor a defenda por outras razões, com as quais não estamos de acordo).²⁹

Ainda quanto à série **p**, gostaríamos de expressar reservas relativamente à nossa ideia anterior de que o hápax \mathfrak{p} é melhor candidato que \uparrow para ocupar na grelha de signos a vaga de \mathfrak{p}^i (Valério 2008, 125-126), precisamente pelo facto de se tratar de um signo atestado uma única vez. A “flecha” tem presença mais significativa, embora resulte estranho o seu uso antes de **a** e **e** na epígrafe J.10.1 (Mestras), que é, curiosamente, a que emprega \mathfrak{p} (Rodríguez 2000, 35). A leitura de \uparrow como \mathfrak{p}^i continua a carecer de demonstração (para Untermann 1997, 172 e Correa 1996, 69 é mesmo incerta), mas, ainda assim, excluimos como implausível a nossa sugestão anterior de que poderia tratar-se de um signo de inspiração anatoliana com o um valor de africada (\mathfrak{z}^i). Parece-nos mais provável, face aos dados atuais, que constitua uma adição peninsular *ex novo* ao signário de base fenício. Continua por explicar a aparição na epígrafe de Mestras do hápax \mathfrak{p} , cujo único paralelo é o penúltimo signo da placa de Espanca (Rodríguez 2000, 41) — embora, uma vez mais, isto possa ser uma indicação de que o abecedário de Espanca representa a primeira escrita paleo-hispânica e o signário teórico de base para a escrita do SO, podendo alguns signos não ser de uso comum nesta última.

²⁷ A ausência da nasal bilabial [m] como fonema na língua ibérica parece segura, dado que o alfabeto greco-ibérico não utilizava a letra grega M e que, no semissilabário do NE, o signo que se translitera **m** (Υ) é marginal e, pelo menos em algumas posições, parece representar um alófono (variação) de /n/ (Velaza 1996, 19, 41). A sua ausência também se presume válida para os estádios pré-históricos do basco, incorporando-se ao inventário fonológico da língua numa fase tardia, além de ter sido proposta para a língua aquitana (Gorrochategui 1984, 375 ss; Michelena 1995, 123; cf. também Egurtzegui 2013, 123, 125).

²⁸ Acerca da representação ou não de um som /m/ na escrita do SO, será necessário ter em conta um trabalho recente de Rodríguez 2015, o qual já não nos chegou a tempo de poder ser considerado aqui.

²⁹ Não especularemos sobre a articulação exata que poderia implicar este valor, que poderia ser bilabial [ɸ] ou labiodental [f], as versões sonoras destes, [β] e [v], etc.

| Fenício | | Escrita do SO | | |
|---------|-----------|------------------|-------|-------------------------|
| + | <i>t</i> | → | 𐤔 | t^a |
| 𐤇 | <i>h</i> | → | 𐤇 / 𐤈 | t^e |
| ⊕ | <i>t̥</i> | → | ⊕ | tⁱ |
| △ | <i>d</i> | → | △ | t^u |
| | | | ▲ | t^o |
| ∧ | <i>g</i> | → | ∧ | k^a |
| 𐤌 | <i>k</i> | → | 𐤌 | k^e |
| φ | <i>k̥</i> | → | φ | kⁱ |
| | | | ⊗ | k^o |
| | | | ⊗ | k^u |
| ξ | <i>m</i> | → | ξ | p^a |
| ↳ | <i>b</i> | → | Ⓞ | p^e |
| | | | ↑ | pⁱ(?) |
| ∩ | <i>p</i> | ^(?) → | □ | p^o |
| | | | ⊞ | p^u(?) |
| ⊥ | <i>l</i> | → | ⊥ | l |
| 𐤎 | <i>n</i> | → | 𐤎 | n |
| 𐤑 | <i>r</i> | → | 𐤑 | r |
| ⊚ | <i>s</i> | → | ⊚ | s |
| W | <i>š</i> | ^(?) → | W | š |
| 𐤛 | <i>h</i> | → | 𐤛 | f(?) |
| 𐤜, 𐤝 | <i>š</i> | ^(?) → | 𐤜 | ř |

Fig. 13. Síntese da origem dos signos consonânticos da escrita do SO a partir de um modelo fenício.

Finalmente, há que sublinhar que futuras indagações acerca dos mais antigos sistemas de escrita peninsulares e suas inter-relações deverão ter em conta a hipótese, recentemente formulada por Ferrer 2010, de que a escrita do SE possua um sistema dual semelhante ao já conhecido para a escrita ibérica nor-ocidental (Maluquer 1968, 53). Trata-se de um mecanismo gráfico com o qual se diferenciam duas formas de cada signo silábico, marcando a distinção entre um fonema oclusivo surdo e o seu equivalente sonoro (por exemplo, **ki** e **gi**). Esta circunstância é relevante, dado que a escrita do SO não apresenta sinais de ter, alguma vez, possuído um artifício do mesmo

tipo. A questão em aberto é: em que momento e com que sistema de escrita paleo-hispânico se introduziu este mecanismo pela primeira vez?

A fig. 13 resume as hipóteses aqui consideradas no que se refere à origem dos signos consonânticos da escrita do SO (excluindo-se os signos raros de interpretação mais difícil).

5. O CONTEXTO DE TRANSMISSÃO

Embora as características internas de uma escrita (forma, função e valor dos signos) sejam o elemento decisivo para determinar as suas afinidades e, portanto, o seu modelo, não podemos ignorar o contexto em que a mesma se poderá ter transmitido. Perante a escassez ou ausência de evidência material e textual, é difícil conhecer o cenário exato em que se processou a maioria dos casos históricos de transmissões de sistemas de escrita — daí que, por exemplo, ignoremos a data e localização exatas da criação do alfabeto grego, sem duvidar, no entanto, da sua raiz num modelo consonântico fenício. Portanto, não sendo um elemento imperativo, o contexto não deixa de ser uma peça significativa da narrativa.

Os dados arqueológicos hoje disponíveis reforçam o cenário ponderado já por de Hoz 1986 em que o primeiro sistema de escrita transmitido a populações foi o fenício, não o grego, no âmbito dos contactos entre contingentes vindos da área siro-cananea e indígenas, na I Idade do Ferro e em território dito “tartéssico”. Atualmente, há elementos que apontam para uma frequência fenícia do sul da Península Ibérica já em finais do séc. IX a.n.e. (Aubet 2009, 227-228), embora nem todos os autores estejam de acordo (por exemplo, Rouillard, 2008, 82). A presença mais antiga de materiais fenícios em território peninsular documenta-se num conjunto cerâmico datado tipologicamente de 900-770 a.n.e. (González, Serrano e Llompart 2004 e 2006a), ao mesmo tempo que se interpretam como os mais antigos assentamentos de populações de origem cananea os sítios de Morro de Mezquitilla (807-802 CAL a.n.e.) e Toscanos (805-780 CAL a.n.e.), ambos na província de Málaga (Aubet 2009, 227-228, com refs.). Está hoje bem documentada a presença de material epigráfico com escrita fenícia nos séculos VIII a VI a.n.e., não só nestes dois assentamentos, mas também no sítio gaditano de Castelo de Doña Blanca, no próprio centro de Cádiz (a antiga *Gadir* fenícia) e até entre o supracitado conjunto material de Huelva (Zamora 2005 e 2010, 130; Zamora *et al.* 2010; Cunchillos e Zamora 2013). Além de objetos provavelmente importados já com inscrições, é de salientar a presença de material epigráfico sobre recipientes cerâmicos de produção local, o que sugere um uso do *abjad* fenício em território peninsular. O conjunto epigráfico dos sécs. VIII-VII a.n.e. de Doña Blanca, com uma vintena de textos *stricto sensu* (ou seja, descontando as marcas de um único signo), merece maior destaque (Zamora, 2005, 173-187; Cunchillos e Zamora 2013, 214-215), pela tipologia dos objetos epigrafados: para além de alguns instrumentos e um *óstrakon*, trata-se

maioritariamente de recipientes cerâmicos de carácter “doméstico” (pratos e taças de engobe vermelho) e de transporte (ânforas de produção local e oriental).

Os primeiros achados de materiais gregos na Península Ibérica provêm de vários sítios do sul da Península Ibérica (Huelva, Toscanos, Guadalhorces, Almuñecar, Cerro del Peñon, etc.) e estão datados do séc. VIII a.n.e. e da primeira metade do VII a.n.e. (Domínguez 2006, 432, n. 10). Esta cronologia poderia ter de recuar até à primeira metade do séc. IX a.n.e., considerando o surgimento em Huelva de pratos da Eubeia ou das Cíclades atribuídos a 900-850 a.n.e. (González, Serrano e Llompart 2006a, 19). Porém, estes produtos eram provavelmente transportados para a Península Ibérica por agentes fenícios (Aubet 2007, 448; de Hoz 2013), visto que, arqueologicamente, eles aparecem em âmbitos tidos como fenícios, ao passo que as fontes textuais não transpiram indícios de frequentação grega do território peninsular em momentos tão recuados. Nem todos os autores partilham esta visão, mas há dois dados que, a nosso ver, a reforçam: (1) no período que nos ocupa, a Península Ibérica, em concreto a atual Andaluzia, adotou o modelo de ânfora fenício (desprovido de colo e com duas pequenas asas sobre o ombro), reproduzindo-o localmente, sem que se detete arqueologicamente um tipo peninsular de ânfora de inspiração egeia (Rouillard 2008, 82-83); (2) nos níveis mais antigos de Huelva, referidos anteriormente, encontrou-se uma ânfora nurágica da Sardenha com um grafito fenício (González, Serrano e Llompart 2006a, 19), o que parece indicar que agentes fenícios manuseavam produtos sardos importados para o atual território andaluz. Soma-se a estos dados a presença, ainda no conjunto de Huelva, de nove epígrafes fenícias sobre cerâmica (incluindo a ânfora sarda), que Heltzer (*ibid.*) data paleograficamente do primeiro quartel do séc. VIII a.n.e.; comparativamente, não se documentou ali nenhuma epígrafe em alfabeto grego. Com efeito, os primeiros testemunhos de escrita alfabética grega na Península Ibérica surgem a partir do séc. VII a.n.e. Trata-se, igualmente, de epígrafes sobre recipientes cerâmicos comerciáveis. De Toscanos temos um grafito sobre uma ânfora ática de tipo denominado SOS (provavelmente utilizada para transporte de azeite), datado de 700-650 a.n.e. e interpretado por de Hoz (2004, 412-414; 2013, 46) como pertencente a um grupo de grafitos de dispersão mediterrânica mas inscritos na Ática; tratar-se-ia, novamente, de um caso de importação secundária de objetos com escrita grega por mãos de comerciantes fenícios atuando em território peninsular. Também de Huelva procede uma taça cerâmica de produção incerta, datada do intervalo de 631-540 a.n.e., que contém a inscrição grega ΙΣΤΙΑΙΑ, possivelmente uma referência a Histieia, localidade estratégica no norte do Golfo de Eubeia (Llompart *et al.* 2010).

A comparação dos dados referentes às primeiras ocorrências de escrita fenícia e grega na Península Ibérica resultam num panorama bastante claro. O *abjad* fenício aparece já na primeira metade do séc. VIII a.n.e., num contexto de interação com os autóctones e sobre objetos que aludem a usos qualificáveis como comerciais e administrativos. Alguns destes sugerem um uso local da escrita fenícia e é aqui que o material epigráfico semita diverge do

grego, que se revela igualmente de natureza comercial, mas mais residual, mais tardio e, com toda a probabilidade, trazido pelo comércio fenício. Perante este quadro, que apoia a hipótese dominante de um modelo fenício para as primeiras escritas paleo-hispânicas, não surpreende que alguns dos mais antigos indícios de escrita endógena peninsular surjam em cerâmica de transporte fenícia. É exemplar o caso de uma ânfora epigrafada procedente das escavações realizadas no n.º 6 da Calle del Puerto, em Huelva, concretamente de um estrado datado de c. 650-600 a.n.e. (Fernández e Correa 1989, 131, fig. 2/1). O grafito encontra-se bastante danificado e, de uma sequência de pelo menos três signos, apenas um está completo e pode ler-se com segurança: como bem assinalam os seus editores, trata-se inequivocamente da forma de **i** (I*), comum a todas as escritas do grupo paleo-hispânico, mas distinta do *y* fenício e do *i* grego. A ânfora é de tipo dito “de saco” ou Vuillemot R-1, uma forma peculiar de origem oriental que surge associada aos primeiros assentamentos fenícios em território peninsular e conheceu grande difusão no Baixo Guadalquivir, sendo inclusive, nos sécs. VIII-VI a.n.e., imitada localmente (Mancebo 1997, 200-204). Como sublinha Zamora 2004, 312, num contexto de interação entre fenícios e indígenas, em que a escrita dos primeiros se transmite aos segundos, é expectável que a sociedade local utilizasse a nova técnica de forma semelhante (ou aproximada) à que lhe davam as gentes este-mediterrânicas — pelo menos numa fase inicial. Mais ainda, acrescenta-se, quando os próprios objetos de intercâmbio, as cerâmicas de transporte, serviam como suportes epigráficos.

Vimos anteriormente que apenas oito ou nove das cerca de 90 estelas com escrita do SO não procedem do atual Baixo Alentejo e Algarve: quatro ou cinco provêm do Alto Guadiana, na Estremadura espanhola, e quatro foram encontradas na Andaluzia. Sem abordar a classificação não totalmente clara de algumas destas últimas como do SO (*uid.* 2), somos levados a perguntar-nos se esta distribuição geográfica reflete a realidade histórica (de Hoz 2010, 356). Ou seja: serão as poucas epígrafes do atual sudoeste espanhol o resultados de influxos da escrita do SO vindos do atual Portugal, ou será que a escrita do SO procede da área dita “tartéssica”, onde uma primeira escrita paleo-hispânica se inscreveria fundamentalmente em cerâmicas comerciáveis e materiais perecíveis, vinculando-se mais tarde a suportes pétreos em áreas mais ocidentais? Todo o quadro traçado anteriormente favorece a segunda hipótese. Recorde-se que é no ocidente da atual Andaluzia que surge a escrita fenícia, já no séc. VIII a.n.e., ao passo que, até hoje, o testemunho mais antigo encontrado a oeste do Guadiana está datado do séc. VII a.n.e. (Zamora 2014). Portanto, como se tem vindo a defender, a região andaluza ocidental — tida como núcleo “tartéssico” — é o palco mais plausível para a primeira transmissão de escrita às populações peninsulares. Se assim tiver sido, a escrita do SO pode ser tanto uma variante desse hipotético primeiro sistema de escrita, como uma escrita efetivamente nova, resultado da adaptação daquele primeiro sistema autóctone a outra língua, em território mais ocidental. A dificuldade em apreciar a validade destas hipóteses deriva da

escassez e brevidade dos testemunhos epigráficos paleo-hispânicos de época recuada, sobretudo grafitos, encontrados no Baixo e Médio Guadalquivir.³⁰

Não obstante, sem que possamos descartar outras possibilidades, este cenário de transmissão parece-nos, por agora, o mais vantajoso, em virtude de estar em harmonia com todos os dados ponderados. Mas em que circunstâncias históricas se teria processado? Perguntamo-nos, de modo muito provisório, se a “via” para esta possível difusão da escrita da área “tartéssica” em direção ao norte e oeste, atravessando o Guadiana, não terá sido a chamada Faixa Piritosa. Trata-se de uma formação geomorfológica que se estende desde Aznalcóllar (Sevilha), nos contrafortes da Serra Morena, até ao concelho de Aljustrel, no Baixo Alentejo, e que era palco de intensa atividade mineiro-metalúrgica já na I Idade do Ferro (*uid.* Flores *apud* Fernández 1989, 151, fig. 1; Domínguez 2006, 443, fig. 7). Esta reflexão parte das indicações de que agentes indígenas controlavam, neste período, todos os aspetos da produção e fornecimento de prata ao comércio mediterrânico, desde a extração do mineral nas minas de Rio Tinto e Aznalcóllar, no extremo oriental da Faixa Piritosa, até aos processos de fundição e copelação nos sítios de San Bartolomé e Peñalosa. Destes últimos, a prata seguiria até aos portos de Huelva/*Onuba* (indígena) e Cádiz/*Gadir* (fenício) (*uid.* Aubet 2009, 288-289), onde já vimos que se documenta, muito cedo, o uso da escrita fenícia (sécs. VIII-VII a.n.e.) e paleo-hispânica (séc. VII a.n.e.), além da provável importação de cerâmicas previamente inscritas em grego (séc. VII a.n.e.). Para consolidar esta ideia, basta indagar que contrapartidas receberiam os indígenas a troco do metal. Com base nas grandes quantidades de cerâmicas de transporte (sejam elas as ânforas orientais ou orientalizantes “de saco”, ou as ânforas áticas de tipo SOS, como a de Toscanos que exhibe grafito grego) presentes arqueologicamente nos povoados ditos “tartéssios” do Baixo Guadalquivir, duas delas seriam, seguramente, o azeite e o vinho trazidos do Mediterrâneo oriental (*ibid.*, 292). Ora, chegando a portos como *Onuba* e *Gadir*, estes produtos teriam de fazer o percurso inverso ao da prata, pelo que seria tudo menos surpreendente que os agentes indígenas, confrontados com a necessidade de gerir a distribuição ao território interior, tivessem adotado, aí e então, a ferramenta que há muito os orientais possuíam e usavam com os mesmos fins: a escrita. A partir daí, a nova técnica tomaria parte nos circuitos interiores peninsulares, podendo alcançar os assentamentos mineiros na Faixa Piritosa (*uid.* fig. 14).

Uma vez difundida ao interior, o que teria levado ao seu (re)ssurgimento, em regiões adjacentes, sobre monumentos pétreos? Além da já referida estela de Capote, descoberta no extremo nordeste da Serra Morena, haveria que considerar outras três epígrafes que foram encontradas na Andaluzia e classificadas como do SO (*uid.* 2); contudo, estas não são demasiado elucidativas relativamente à gênese da escrita sul-ocidental: duas são fragmentos possi-

³⁰ Para uma síntese sobre estes, veja-se de Hoz 2010, 361-368.

velmente com irregularidades ortográficas,³¹ ao passo que a terceira, completa e apresentando uma sequência de signos comparável à fórmula habitual das estelas com escrita do SO, está hoje perdida.³² É importante recordar que, nos contextos de convívio entre indígenas e fenícios, a atividade epigráfica de ambos se realizava em tipos e suportes comuns, que nos aparecem sobretudo — embora não só — na forma de grafitos sobre cerâmica. De facto, na Península Ibérica e para o período recuado que estamos a tratar (c. 800-650 a.n.e.), não se registou até hoje nenhuma epígrafe monumental em escrita fenícia (comparável, por exemplo, à estela sarda de Nora), ao passo que os objetos metálicos inscritos são escassíssimos.³³ Como se tem assinalado (Zamora 2004 e 2005; de Hoz 2010, 479-480), é possível que a visibilidade arqueológica de ambas escritas, em âmbito andaluz, esteja severamente condicionada pelo uso de materiais de escrita perecíveis, como peles de animal, tecido, madeira ou até cera. No Mediterrâneo central e oriental, estas práticas estão documentadas de forma direta e indireta.

Por estas razões, parece-nos plausível que a acomodação da escrita paleo-hispânica à pedra tenha sido um processo secundário e endógeno. É certo que a “estela” é um item cultural próprio de várias sociedades e regiões do Mediterrâneo ao longo do I milénio a.n.e., o que justifica a frequente visão das estelas com escrita do SO como mais um de vários elementos “orientalizantes” — mais ainda quando parte delas faz uso de artifícios epigráficos habituais em âmbito mediterrânico, como as cartelas e a orientação espiral. Porém, na Península Ibérica existiu, paralelamente e desde o II milénio a.n.e., uma tradição continuada de produzir monólitos pétreos gravados, categorizados como “estelas” e “estátuas-menir”, pelo que não seria estranho pensar numa transição da escrita a esse suporte como um *input* local (cf. já de Hoz 2010, 480). Um dos formatos destas estelas pré-históricas, denomi-

³¹ O primeiro caso é J.52.1, um fragmento de estela de Villamanrique de la Condesa (Sevilla) cujo texto preservado, **jireap^arela**[, informa pouco, embora seja digno de menção que está inserido em cartela e que não apresenta redundância para o signo **ξ** = **p^a**. Correa 1978, 208, 211, procurou datá-la em redor a 600 a.n.e., mas a proposta baseou-se apenas na cronologia tipológica de cerâmicas descobertas em superfície. Só se pode especular que **-ap^are-** seja um erro onde a intenção seria gravar ***-p^aare-** (sequência frequente nas demais estelas). O segundo caso é J.51.1, um fragmento pétreo inscrito de Los Castellares (Puente Genil, Córdoba), cuja atribuição à escrita do SO é bastante duvidosa: não só é difícil de determinar se obedece ou não ao mecanismo da redundância gráfica (para a leitura, veja-se *MLH* IV), como foi achado já na Andaluzia central.

³² Trata-se de J.53.1, uma epígrafe de Alcalá del Río (Sevilla) que apresentava um texto algo extenso e completo, mas infelizmente está hoje perdida, pelo que é impossível confirmar a validade do desenho que nos resta. De mencionar é a aparente inclusão da sequência **-lak^eentⁱ-** (ou **nak^eentⁱ-??**) comparável a **-nark^eentⁱ-**, que é recorrente nas epígrafes do sul de Portugal.

³³ Veja-se o achado bastante recente de uma estela epigrafada em escrita fenícia em Lisboa, em cuja primeira publicação se lhe atribui, através da paleografia, o séc. VII a.n.e. como datação (Neto *et al.* 2016). Porém, é possível que esta epígrafe pétreia seja já posterior ao advento da primeira escrita paleohispânica.

nado de “Antropomorfo” ou “A” (Díaz-Guardamino 2011, 69; 2012, 390, n. 8 e fig. 2, com refs.), consiste numa representação humana além das figurações básicas de escudo, espada e lança (e opcionalmente de objetos resultantes de “interacción precolonial”).³⁴ Segundo a investigação recente, é possível que este modelo se tenha desenvolvido a partir de c. 1200 a.n.e. e perdurado até aos inícios do Ferro I (c. 800/750 a.n.e.), ao passo que, a nível geográfico, surge numa área que alcança o Baixo Guadalquivir, o curso alto do rio Ardila e o centro do Alentejo (Díaz-Guardamino 2011, 85, estampa 3).³⁵ São também de formato A as duas estelas decoradas da província de Badajoz (Capote e Majada Honda) epigrafadas, num segundo momento, com escrita do SO (Díaz-Guardamino 2012, 404). Assinale-se que as suas inscrições são irregulares e desprovidas de cartela, embora não devamos assumir automaticamente que o seu simplismo epigráfico equivale a uma cronologia mais recuada. Seja como for, estes dados sugerem que as estelas iconográficas mais tardias, se realmente subsistem até ao séc. VIII a.n.e., poderão ter coexistido com as primeiras epigráficas, além de que a área de difusão de ambas coincide nalgumas zonas, incluindo o centro do Alentejo. É precisamente daqui que provém a estela de Abóbada I (J.12.1) que, além do texto em escrita do SO, inclui a representação de um indivíduo armado com lanças e escudo, um motivo em comum nas estelas decoradas de formato A do Bronze Final.



Fig. 14. Coincidência entre a área de maior concentração de estelas com escrita do SO e a Faixa Piritosa e alguns dos sítios arqueológicos mencionados no texto (mapa elaborado por J. Bruno).

³⁴ Segundo Díaz-Guardamino, o formato A equivale aos tipos IIA, IIB y IIC de Pingel 1974, 6-11, fig. 5, y Almagro 1977, 168-174 e figs. 66-70, ou aos tipos IIA, IIB y IIC- IID de Gomes e Monteiro 1977, 185-188.

³⁵ Excluem-se aqui as estelas “alentejanas” com elementos antropomórficos de outros pontos do Alentejo e também do Algarve (vd. Gomes e Monteiro 1977, fig. 6), já que estas se têm vindo a datar do Bronze Inicial e Médio, embora talvez com alguma continuidade no Bronze Final (Díaz-Guardamino 2012, 390-391).

Portanto, vemos a associação da técnica de escrever a um tipo de suporte até então caracterizado pela exibição iconográfica de objetos maioritariamente metálicos (com ou sem figurações humanas), podendo depreender-se que a escrita adquiriu um valor simbólico comparável ao daquelas representações. Dado que se trata de objetos com maior ou menor ligação ao mundo da metalurgia, podemos questionar-nos se o palco em que a escrita indígena se adaptou ao suporte pétreo terá sido algum ponto da periferia oriental da Faixa Piritosa (veja-se a proximidade ao local de achado da estela de Capote), fervente em atividade metalúrgica, alcançando depois as zonas de Castro Verde e Aljustrel, das quais procedem estelas como a da Herdade do Gavião (J.26.1) e a de Monte Novo do Visconde, em Casével (J.23.1). O que verificamos é uma difusão da estela epigrafada a um vasto território e fazendo uso de fórmulas textuais comuns a diferentes zonas, como evidencia o uso de sequências de signos idênticas. Não se pode afirmar com segurança que o Baixo Alentejo e o Algarve constituíam o território nuclear da sociedade responsável por este fenómeno, mas é aqui que ele é mais visível a nível arqueológico (*uid.* Guerra 2013, 28, fig. 1).

Concluimos com uma reflexão referente à cronologia. Parece-nos ainda válido, no geral, o panorama de comparação paleográfica delineado por de Hoz 1986, 75-79, e Rodríguez 2002, 194-196, especialmente no que concerne o grafismo dos signos Δ, ζ, Π, Χ e Φ, que é cronologicamente elucidativo. Até hoje, os paralelos fenícios mais assinaláveis para os signos das primeiras escritas paleo-hispânicas encontram-se nas supracitadas estelas de Nora (Sardenha) e KAI 30 (Chipre), datadas sem grande precisão do séc. IX a.n.e., na estela de Kilamuwa (KAI 24), soberano de Zincirli/*Ya'idi-Sam'al* (nordeste da Anatólia), datada do último terço mesma centúria (Naveh 1997, 54), e em epígrafes que não vão além do séc. VIII a.n.e. Parece-nos também que a paleografia do conjunto de epígrafes fenícias de Castillo de Doña Blanca, do mesmo séc. VIII a.n.e. (*uid.* Cunchillos e Zamora 2013, 217-220, figs. 4 e 6), merece ser considerada para esta questão. Os paralelos referidos parecem apontar para o intervalo de c. 825-750 a.n.e. para a criação da *primeira* escrita paleo-hispânica a partir do *abjad* fenício; a criação da escrita do SO por adaptação seria posterior a este evento. Esta datação estaria em consonância com a cronologia hoje ponderada para os primeiros contactos fenícios com o território peninsular, mas precede ainda os mais antigos exemplos de escrita indígena conhecidos e datáveis (séc. VII a.n.e.). Não obstante, há que ter em conta a fragmentação dos dados arqueológicos (concretamente no que diz respeito à não preservação de materiais epigráficos de natureza mais perecível), bem como os problemas de datação de muitas das inscrições fenícias que nos servem de paralelo.³⁶

³⁶ Sobre esta questão, veja-se Gibson 1982, Amadasi 1991, Sass 2005 e Rollston 2008.

BIBLIOGRAFIA

- IX CLCP: F. Beltrán, C. Jordán e J. Velaza (eds.), *Acta Palaeohispanica IX* [= *PalHisp 5*], Zaragoza 2005.
- X CLCP: F. Beltrán, J. D'Encarnação e C. Jordán (eds.), *Acta Palaeohispanica X* [= *PalHisp 9*], Zaragoza 2009.
- Almagro 1977: M. Almagro, *El Bronce Final y el periodo Orientalizante en Extremadura*, Madrid 1977.
- Almagro 2004: M. Almagro, "Inscripciones y grafitos tartésicos de la necrópolis orientalizante de Medellín", *PalHisp 4*, 2004, 13-44.
- Amadasi 1991: M.G. Amadasi Guzzo, "'The Shadow Line'. Réflexions sur l'introduction de l'alphabet en Grèce", in: C. Baurain, C. Bonnet e V. Krings (eds.), *Phoinikeia grammata. Lire et écrire en Méditerranée. Part 3, De l'alphabet phénicien à l'alphabet grec*, Namur 1991, 293-311.
- Aronson 1996: H.I. Aronson, "Yiddish", in: P.T. Daniels e W. Bright (eds.), *The World's Writing Systems*, Nova Iorque 1996, 735-742.
- Aubet 2007: M.E. Aubet, "East Greek and Etruscan Pottery in a Phoenician Context", in: S.W. Crawford, A. Ben-Tor, J.P. Dessel, W.G. Dever, A. Mazar e J. Aviram (eds.), *Up to the Gates of Ekron: Essays on the Archaeology and History of the Eastern Mediterranean in Honor of Seymour Gitin*, Jerusalém 2007, 447-460.
- Aubet 2009: M.E. Aubet, *Tiro y las colonias fenicias de Occidente*, Barcelona 2009³.
- Beirão 1986: C. de M. Beirão, *Une civilisation protohistorique du sud du Portugal (1er Age du Fer)*, Paris 1986.
- Beirão 1986: C. de M. Beirão, "Epigrafia da 1.ª Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica. Novos dados arqueológicos", *Estudos Orientais 1*, 1986, 107-118.
- Brixhe 1991: C. Brixhe, "De la phonologie à l'écriture: quelques aspects de l'adaptation de l'alphabet cananéen au grec", in: C. Baurain, C. Bonnet e V. Krings (eds.), *Phoinikeia grammata. Lire et écrire en Méditerranée. Part 3, De l'alphabet phénicien à l'alphabet grec*, Namur 1991, 313-356.
- Brixhe 2004: C. Brixhe, "Nouvelle chronologie anatolienne et date d'élaboration des alphabets grec et phrygien", *CRAI 148.1*, 2004, 271-289.
- Brixhe 2007: C. Brixhe, "History of the alphabet: some guidelines for avoiding oversimplification", in: A.P. Christidis (ed.), *A History of Ancient Greek. From the beginnings to Late Antiquity*, Cambridge 2007, 277-289.
- Correa 1978: J.A. Correa, "Inscripción tartesia hallada en Villamanrique de la Condesa (Sevilla)", *Habis 9*, 1978, 207-211.
- Correa 1985: J.A. Correa, "Consideraciones sobre las inscripciones tartesias", in: J. de Hoz (ed.), *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*, Salamanca 1985, 377-395.
- Correa 1990: J.A. Correa, "La epigrafía del suroeste", in: J.T. Gamito (ed.), *Arqueologia hoje I: Etno-arqueologia*, Faro 1990, 132-145.

- Correa 1996: J.A. Correa, “La epigrafía del Sudoeste. Estado de la cuestión”, in: F. Villar y J. D’Encarnação (eds.), *La Hispania prerromana. Actas del VI Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*, Salamanca 1996, 65-75.
- Correa 2005: J.A. Correa, “Del alfabeto fenicio al semisilabario paleohispánico”, in: *IX CLCP*, 137-154.
- Correa 2009: J.A. Correa, “Reflexiones sobre la lengua de las inscripciones en escritura del sudoeste o tartesia”, *X CLCP*, 295-307.
- Correa e Zamora 2008: J.A. Correa e J.Á. Zamora, “Un grafito tartesio hallado en el yacimiento del Castillo de Doña Blanca (Puerto de Sta. María, Cádiz)”, *PalHisp* 8, 2008, 179-196.
- Correia 1996: V.H. Correia, *A epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Peninsula Iberica*, Porto 1996.
- Correia 2014: V.H. Correia, “A escrita do sudoeste da península ibérica: velhos dados, novas teorias e a sua importância para o estudo das antigas culturas hispánicas”, *Portugalia* n.s. 35, 2014, 77-93.
- Cunchillos 1991: J.-L. Cunchillos, “Las inscripciones fenicias del Tell de Doña Blanca (II)”, *Sefarad* 51, 1991, 13-22.
- Cunchillos e Zamora 2013: J.L. Cunchillos e J.Á. Zamora, “The Phoenician inscriptions at the first occupation levels of the “Castillo de Doña Blanca” and their historical implications”, in: A.M. Arruda (ed.), *Fenícios e Púnicos por terra e mar I*, Lisboa 2013, 212-222.
- Daniels 1996: P.T. Daniels, “Aramaic Scripts for Aramaic Languages: Mandaic”, in: P.T. Daniels, W. Bright (eds.), *The World’s Writing Systems*, Nova Iorque 1996, 511-514.
- Daniels 1997: P.T. Daniels, “Scripts of Semitic Languages”, in: R. Hetzron (ed.), *The Semitic Languages*, Londres-Nova Iorque 1997, 16-45.
- Daniels 2007: P.T. Daniels, “Littera ex occidente: toward a Functional History of Writing”, in: C.L. Miller (ed.), *Studies in Semitic and Afroasiatic Linguistics Presented to Gene B. Gragg*, Chicago 2007, 53-68.
- De Hoz 1985: J. de Hoz, “El nuevo plomo inscrito de Castell y el problema de las oposiciones de sonoridad en ibérico”, in: J. Melena (ed.), *Symbolae Ludouico Mitxelena septuagenario oblatae*, Vitoria 1985, 443-453.
- De Hoz 1986: J. de Hoz, “Escritura fenicia y escrituras hispánicas. Algunos aspectos de su relación”, *Aula Orientalis* 4, 1986, 73-84.
- De Hoz 2001: J. de Hoz, “La Hispania prerromana en la Historia de la escritura”, *Zephyrus* 53-54, 2000-01, 507-527.
- De Hoz 2004: J. de Hoz, “The Greek Man in the Iberian Street: Non-Colonial Greek Identity in Spain and Southern France”, in: B.B. Shefton e K. Lomas (eds.), *Greek Identity in the Western Mediterranean: Papers in Honour of Brian Shefton*, Leiden 2004, 411-427.
- De Hoz 2010: J. de Hoz, *Historia lingüística de la Península Ibérica en la antigüedad. I. Preliminares y mundo meridional prerromano*, Madrid 2010.

- De Hoz 2013: J. de Hoz, “El comercio en época arcaica y clásica: los grafitos y las cartas de plomo”, in: M.P. de Hoz e G. Mora (eds.), *El Oriente griego en la Península Ibérica. Epigrafía e historia*, Madrid 2013, 43-60.
- Díaz-Guardamino 2011: M. Díaz-Guardamino, “Iconografía, lugares y relaciones sociales: Reflexiones en torno a las estelas y estatuas-menhir atribuidas a la Edad del Bronce en la Península Ibérica”, in: R. Vilaça (ed.), *Estelas e estatuas-menires: da Pré a Proto-história*, Sabugal 2011, 63-88.
- Diringer 1971: D. Diringer, *A escrita*, Lisboa 1971 [trad. portuguesa do original inglês: *Writing*, 1962].
- Domínguez 2006: A. Domínguez, “Greeks in the Iberian Peninsula”, in: G.R. Tsetschladze (ed.), *Greek Colonisation: An Account of Greek Colonies and Other Settlements Overseas*, vol. 1, Leiden-Boston 2006, 429-505.
- Duanmu 2007: S. Duanmu, *The Phonology of Standard Chinese*, Oxford 2007².
- Egurtzegi 2013: A. Egurtzegi, “Phonetics and Phonology”, in: M. Martínez-Areta (ed.), *Basque and Proto-Basque: Language-Internal and Typological Approaches to Linguistic Reconstruction*, Frankfurt 2013, 119-172.
- Eska 2014: J. Eska, “Comments on John T. Koch’s Tartessian-as-Celtic Enterprise”, *JIES* 42.3-4, 2014, 428-438.
- Fernández 1986: J. Fernández, “Economía tartésica: minería y metalurgia”, *Huelva en su Historia* 1, 1986, 149-170.
- Fernández e Correa 1989: J. Fernández e J. A. Correa, “Nuevos grafitos hallados en Huelva”, *Hueva Arqueológica* 10-11.3, 1988-89, 121-142.
- Fernández e Olmos 1985: J. Fernández e R. Olmos, “Una inscripción jonia arcaica en Huelva”, *Lucentum* 4, 1985, 107-114.
- Ferrer 2010: J. Ferrer, “El sistema dual de l’escritura ibèrica sud-oriental”, *Veleia* 27, 2010, 69-113.
- Garr 1985: W.R. Garr, *Dialect Geography of Syria-Palestine 1000-586 B.C.E.*, Filadélfia 1985 (Reimpressão: Winona Lake 2004).
- Gelb 1963: I.J. Gelb, *A Study of Writing*, Revised edition, Chicago-London 1963² [1952].
- Gibson 1982: J.C.L. Gibson, *Textbook of Syrian Semitic Inscriptions. Vol. 3: Phoenician Inscriptions, including inscriptions in the mixed dialect of Arslan Tash*, Oxford 1982.
- Gomes 1997: M.V. Gomes, “Estela epigrafada e necrópole de Barradas (Benafim, Loulé)”, *Al-’Ulyā* 5, 1997, 9-22.
- Gomes 2011: M.V. Gomes, “Inscrição e iconografia do “disco”, de ouro, de Bensafrim (Lagos, Algarve)”, *Arqueologia e História* 62-63, 2010-11, 117-125.
- Gomes e Monteiro 1977: M.V. Gomes e J.P. Monteiro, “Las estelas decoradas do Pomar (Beja-Portugal). Estudio comparado”, *TP* 34, 1977, 165-212.
- Gomes e Silva 1992: M.V. Gomes e A.C.F. da Silva, *Proto-história de Portugal*, Lisboa 1992.

- González, Serrano e Llompart 2004: F. González, L. Serrano e J. Llompart, *El emporio fenicio precolonial de Huelva (c. 900-770 a.C.)*, Madrid 2004.
- González, Serrano e Llompart 2006a: F. González, L. Serrano e J. Llompart, “The Pre-colonial Phoenician Emporium of Huelva ca. 900-770 BC”, *Bulletin Antieke Beschaving* 81, 2006, 13-19.
- González, Serrano e Llompart 2006b: F. González, L. Serrano e J. Llompart, “Las evidencias más antiguas de la presencia fenicia en el sur de la Península”, *Mainake* 28, 2006, 105-128.
- González Prats 1982: A. González Prats, “La Peña Negra IV. Excavaciones en el Sector VII de la ciudad orientalizante 1980-1981”, *Noticiario Arqueológico Hispánico* 13, 1982, 305-418.
- Gorrochategui 1984: J. Gorrochategui, *Onomástica Indígena de Aquitania*, Bilbao 1984.
- Gorrochategui 2013: J. Gorrochategui, “Hispania Indoeuropea y no Indoeuropea”, in: E. Blasco (ed.), *Iberia e Sardegna: Legami linguistici, archeologici e genetici dal Mesolitico all’Età del Bronzo*, Florença 2013, 47-64.
- Guerra 2013: A. Guerra, “Algumas questões sobre as escritas pré-romanas do sudoeste hispânico”, in: X. Ballester, F. Beltrán, F.J. Fernández, C. Jordán y J. Siles, (eds.), *Acta Palaeohispanica XI [= PalHisp 13]*, Zaragoza 2013, 323-345.
- Hackett 2008: J.A. Hackett, “Phoenician and Punic”, in: R. Woodard (ed.), *The Ancient Languages of Syria-Palestine and Arabia*, Cambridge 2008, 82-102.
- Hamilton 2006: G.J. Hamilton, *The Origins of the West Semitic Alphabet in Egyptian Scripts*, Washington 2006.
- Harris 1936: Z.S. Harris, *A Grammar of the Phoenician Language*, New Haven 1936.
- Jeffery 1961: L.H. Jeffery, *The Local Scripts of Archaic Greece*, Oxford 1961.
- Kaufman 2015: T. Kaufman, *Notes on the Decipherment of Tartessian as Celtic*, Washington 2015.
- Koch 2009: J.T. Koch, “A Case for Tartessian as a Celtic Language”, in: *x CLCP*, 339-351.
- Koch 2013: J. T. Koch, *Tartessian: Celtic in the South-west at the Dawn of History. Revised and expanded edition*. Aberystwyth 2013².
- Koch 2014: J.T. Koch, “On the Debate over the Classification of the Language of the South-Western (SW) Inscriptions, also known as Tartessian”, *JIES* 42.3-4, 2014, 335-427.
- Llompart et al. 2010: J. Llompart, E.M. Orta, J.P. Garrido, F. González e L. Serrano: “Discusión en torno a la lectura y soporte de una inscripción griega arcaica con dedicatoria a la diosa Hi/estia hallada en Huelva”, *Huelva en su historia* 13, 2010, 3-14.
- Maluquer 1968: J. Maluquer, *Epigrafía prelatina de la península ibérica*, Barcelona 1968.

- Mancebo 1997: J. Mancebo, “Ánforas orientalizantes de la cuenca baja del Guadalquivir”, *Zephyrus* 50, 1997, 199-215.
- Mederos e Ruiz 2001: A. Mederos e L. Ruiz, “Los inicios de la escritura en la Península Ibérica. Grafitos en cerámicas del Bronce Final III y Fenicias”, *Complutum* 12, 2001, 97-112.
- Michelena 1995: L. Michelena, “The Ancient Basque Consonants”, in: J.I. Hualde *et al.* (eds.), *Towards a History of the Basque Language*, Amsterdão-Filadélfia 1995, 101-135.
- MLH III: J. Untermann, *Monumenta Linguarum Hispanicarum III. Die iberischen Inschriften aus Spanien*, Wiesbaden 1996.
- MLH IV: J. Untermann e D. Wodtko, *Monumenta Linguarum Hispanicarum IV. Die tartessischen, keltiberischen und lusitanischen Inschriften*. Wiesbaden 1997.
- Moorhouse 1961: A. C. Moorhouse, *Historia del alfabeto*. Trad. de Carlos Villegas. México-Buenos Aires 1961 [1953].
- Naveh 1997: J. Naveh, *Early History of the Alphabet: An Introduction to West Semitic Epigraphy and Palaeography*, Jerusalém 1997.
- Neto *et al.* 2016: N.M. Neto, P.M. Rebelo, R. Avila, M. Rocha, J.Á. Zamora, “Uma inscrição lapidar fenícia em Lisboa”, *RPA* 19, 2006, 123-128.
- Pingel 1974: V. Pingel, “Bemerkungen zu den ritzverzierten Stelen an zur beginnenden Eisenzeit im Sudwesten der Iberischen Halbinsel”, *Hamburger Beiträge zur Archäologie* 4, 1974, 1-19.
- Prósper 2014: B.M. Prósper, “Some Observations on the Classification of Tartessian as a Celtic Language”, *JIES* 42.3-4, 2014, 468-486.
- Rix 2008: H. Rix, “Etruscan”, in R.D. Woodard (ed.), *The Ancient Languages of Europe*, Cambridge 2008, 141-164.
- Rodríguez 2000: J. Rodríguez, “La lectura de las inscripciones sudlusitano-tartessianas”, *Faventia* 22.1, 2000, 21-48.
- Rodríguez 2002: J. Rodríguez, “El origen de la escritura sudlusitano-tartesia y la formación de alfabetos a partir de alefatos”, *Rivista di Studi Fenici* 30.2, 2002, 187-216.
- Rodríguez 2015: J. Rodríguez, “De nuevo sobre la lectura de la escritura monumental tartesia o sudlusitana”, *Veleia* 32, 2015, 125-150.
- Röllig 2011: W. Röllig, “Phoenician and Punic”, in: S. Weninger (ed.), *The Semitic Languages: An International Handbook*, Berlín 2011, 472-479.
- Rollston 2008: C.A. Rollston, “The Dating of the *Early Royal Byblian Inscriptions*: A Response to Benjamin Sass”, *Maarav* 15, 2008, 57-93.
- Rouillard 2008: P. Rouillard, “Les céramiques grecques dans le Sud-Est de la Péninsule Ibérique”, in: A.M^a Adroher, J. Blánquez (eds.), *1^{er} Congreso Internacional de Arqueología Ibérica Bastetana*, Madrid 2008, 73-92.
- Ruijgh 1997: C.J. Ruijgh, “La date de la création de l’alphabet grec et celle de l’épopée homérique”, *Bibliotheca Orientalis* 54.5-6, 1997, 533-603.
- Sader 2005: H. Sader, *Iron Age Funerary Stelae from Lebanon*, Barcelona 2005.

- Sadowsky *et al.* 2013: S. Sadowsky, H. Painequeo, G. Salamanca e H. Avelino, “Mapudungun”, *Journal of the International Phonetic Association* 43.1, 2013, 87-96.
- Sass 2005: B. Sass, *The alphabet at the turn of the millennium: the west Semitic alphabet c. 1150-850 BCE; the antiquity of the Arabian, Greek and Phrygian alphabets*, Tel Aviv 2005.
- Schmoll 1961: U. Schmoll, *Die Südlusitanischen Inschriften*, Wiesbaden 1961.
- Segert 1997: S. Segert, “Phoenician and Punic Phonology”, in: A.S. Kaye (ed.), *Phonologies of Asia and Africa, vol. 1: Including the Caucasus*, Winona Lake 1997, 55-64.
- Skjærvø 1996: P.O. Skjærvø, “Aramaic Scripts for Iranian Languages”, in: P.T. Daniels e W. Bright (eds.), *The World’s Writing Systems*, Nova Iorque 1996, 515-535.
- Untermann 1997: J. Untermann, “Neue Überlegungen und eine neue Quelle zur Entstehung der althispanischen Schriften”, *MM* 38, 1997, 49-66.
- UPSID: I. Maddieson, *UCLA Phonological Segment Inventory Database*, 1984 [<http://web.phonetik.uni-frankfurt.de/upsid.html>; acedido em 2013-11-07].
- Valério 2008: M. Valério, “Origin and development of the Paleohispanic scripts: the orthography and phonology of the Southwestern alphabet”, *RPA* 11.2, 2008 [2009], 107-128.
- Valério 2014: M. Valério, “The Interpretative Limits of the Southwestern Script”, *JIES* 42.3-4, 2014, 439-467.
- Velaza 1996: J. Velaza. *Epigrafía y lengua ibéricas*, Madrid 1996.
- Zamora 2004: J.Á. Zamora, “Los textos invisibles: la documentación fenicia y la introducción de la escritura en la Península Ibérica”, *Huelva Arqueológica* 20, 2004, 299-317.
- Zamora 2005: J.Á. Zamora, “La práctica de escribir entre los primeros fenicios peninsulares y la introducción de la escritura entre los pueblos paleohispánicos”, in: *IX CLCP*, 2005, 155-192.
- Zamora 2010: J.Á. Zamora, “La epigrafía fenicia: historia, situación y algunas perspectivas”, in: G. Carrasco e J. C. Oliva (eds.), *Escrituras y lenguas del Mediterráneo en la Antigüedad*, Ciudad Real 2010, 93-156.
- Zamora *et al.* 2010: J.Á. Zamora, J.M. Gener, M.Á. Navarro, J.M. Pajuelo e M. Torres, “Epígrafes fenicios arcaicos en la excavación del Teatro Cómico de Cádiz (2006-2010)”, *Rivista di Studi Fenici* 38.2, 2010, 203-236.

Miguel Valèrio
Universitat de Barcelona
correo-e: mfgvalerio@outlook.com

| |
|---|
| Fecha de recepción del artículo: 31/05/2016 Fecha de aceptación del artículo: 10/07/2016 |
|---|